

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL:
CRÍTICAS E DEFESAS**

MURILO FURTADO COURA

Brasília/DF

2007

MURILO FURTADO COURA

**A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL:
CRÍTICAS E DEFESAS**

Dissertação realizada sob orientação do Prof. Dr. Nelson Gonçalves Gomes e apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Filosofia – Área de Concentração “Filosofia”, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília.

Brasília/DF

2007

MURILO FURTADO COURA

**A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL:
CRÍTICAS E DEFESAS**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Filosofia – Área de Concentração “Filosofia”, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília.

Aprovada em _____ de _____ de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Gonçalves Gomes
(Presidente)

Prof. Dr. Julio Ramón Cabrera Alvarez
(Membro interno)

Prof. Dr. Oswaldo Chateaubriand Filho
(Membro externo)

DEDICATÓRIA

À querida Juliana
Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, prof. Nelson G. Gomes, por sua amizade e seu acompanhamento contínuo.

Agradeço ao Professor Oswaldo Chateaubriand pela generosa participação e pelos inestimáveis comentários feitos à minha dissertação.

Agradeço a Juliana de Orione Arraes Fagundes pela cuidadosa revisão da primeira parte da dissertação, pelos seus sempre proveitosos comentários e pelo incessante encorajamento.

Agradeço aos amigos Gilson Matilde Diana e Paulo Roberto Falcão que contribuíram de forma substantiva para o melhoramento deste trabalho.

Agradeço a Raphael Lorenzo que gentilmente elaborou a ficha catalográfica da dissertação.

... like Browning's Grammarian with the enclitic $\delta\epsilon$, I would give the doctrine of this word [the word *the* in the singular] if I were "dead from the waist down" and not only in a prison.

... como o gramático de Browning com o enclítico $\delta\epsilon$, eu daria a doutrina dessas palavras [os artigos *o* e *a*, no singular] se estivesse "morto da cintura para baixo" e não meramente em uma prisão.

Bertrand Russell

RESUMO

Esta dissertação faz um apanhado da literatura sobre a teoria das descrições definidas de Russell entre, aproximadamente, 1950 e 2005. Ele reúne vários argumentos em favor da teoria e vários argumentos contra ela. Na primeira parte, examina-se de que forma a teoria de Russell é capaz de acomodar o uso referencial de descrições definidas. Na segunda parte, examina-se como ela lida com descrições definidas incompletas. O autor do presente trabalho acredita que a teoria russelliana não foi refutada e que a maior parte das críticas (mas, não todas) encontra-se devidamente respondida.

Palavras-chave: Bertrand Russell. Teoria das Descrições. Distinção referencial-atributivo. Descrições incompletas.

ABSTRACT

This essay is a survey of the literature on Russell's theory of definite descriptions from 1950 to 2005 approximately. The work presents arguments in favor of Russell's theory and against it. In the first part, it is examined whether Russell's theory is capable of accommodate the referential use of definite descriptions. In the second part, it is examined how it handles incomplete definite descriptions. The author of the essay believes that Russell's theory has not been refuted and that most (but not all) of the criticism was properly met.

Keywords: Bertrand Russell. Theory of Descriptions. Referential-attributive distinction. Incomplete descriptions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Referência semântica e do falante	49
Tabela 2 O que é dito e o que é comunicado.....	49
Tabela 3 Referência semântica e do falante	51
Tabela 4 O que é dito e o que é comunicado.....	51
Tabela 5 Aquilo que é dito literalmente e (pragmaticamente) sugerido.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLAS	SIGNIFICADO
TRS	Teoria Referencial do Significado
LSI	Lei da Substituição de Identidades
PTE	Princípio do Terceiro Excluído
TDR	Teoria das Descrições de Russell

LISTA DE SÍMBOLOS

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
\neg	Negação
\wedge	Conjunção 'e'
\vee	Disjunção 'ou'
\rightarrow	Implicação Material
\leftrightarrow	Bi-implicação
$=$	Identidade
\forall	Quantificador universal
\exists	Quantificador existencial
P, Q	Frases
$x, y, z, \dots, x_1, y_1, z_1, \dots$	Variáveis de objetos
$a, b, c, \dots, a_1, b_1, c_1, \dots$	Constantes de objetos
$F, G, H, \dots, F_1, G_1, H_1, \dots$	Predicados (monádicos ou n-ádicos)

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
<i>ABSTRACT</i>	VII
LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	IX
LISTA DE SÍMBOLOS.....	X
INTRODUÇÃO	12
1 A DISTINÇÃO ENTRE USO REFERENCIAL E ATRIBUTIVO.....	13
1.1 O Pano de Fundo da Teoria das Descrições	13
1.2 Idéias Centrais da Teoria das Descrições	17
1.3 Críticas à Teoria das Descrições: Strawson e Donnellan	27
1.4 Defesa da Teoria das Descrições: Mackay e Kripke	36
2 DESCRIÇÕES INCOMPLETAS	55
2.1 Incompletude, elipse e modalidade: Strawson, Sellars, Wettstein e Salmon...55	
2.2 O argumento da regularidade: Devitt e Reimer	68
2.3 Respostas ao argumento da regularidade: Bach e Neale	72
2.4 Descrições indefinidas como básicas: Szabó, Ludlow e Segal.....77	
2.4.1 Descrições Definidas e Expressões Possessivas	86
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a teoria das descrições definidas de Bertrand Russell. Apesar da utilização de símbolos lógicos, a teoria é vista fundamentalmente como uma contribuição à semântica das linguagens naturais. Símbolos lógicos servem apenas para facilitar o entendimento do leitor.

O principal objetivo da dissertação é expor uma série de defesas da teoria das descrições de Russell frente às objeções que lhe foram apresentadas.

O trabalho está organizado da seguinte maneira. Primeiro. Apresento um pano de fundo para a teoria das descrições. Algumas das idéias de Mill e Frege são colocadas em evidência. Segundo. Apresento algumas das principais teses da teoria das descrições de Russell. Em particular, destaco que, de acordo com a teoria, descrições não são expressões referenciais. Terceiro. Strawson e, principalmente, Donnellan ressaltam a importância do uso referencial de descrições. Examinamos as dificuldades colocadas pela existência do uso referencial e as respostas de MacKay e Kripke a essa questão. Quarto. Wettstein defende que a teoria das descrições de Russell não é capaz de acomodar a existência de descrições incompletas ("the table", "the murderer", etc.). Examinamos várias respostas a essa objeção.

Exemplos (e.g., "The table is large") e esquematizações (e.g., "The F") foram mantidos em inglês no texto. A razão é que as propriedades semânticas discutidas no trabalho são, em princípio, propriedades do artigo definido da língua inglesa (e não, necessariamente, do artigo definido da língua portuguesa). Assim, por exemplo, não é correto dizer "the my father" em inglês, mas é correto dizer "o meu pai" em português.

1 A DISTINÇÃO ENTRE USO REFERENCIAL E ATRIBUTIVO

1.1 O Pano de Fundo da Teoria das Descrições

Qual o significado de um nome próprio? Há várias respostas possíveis a essa questão. Talvez a mais simples delas seja: significado de um nome próprio (daqui por diante, “nome”) é apenas a pessoa ou o objeto que o nome designa. Assim, o significado de “Daniel C. Dennett” é apenas Daniel C. Dennett, o significado de “Lua” é apenas a Lua e o significado de “Torre Eiffel” é apenas a Torre Eiffel. Esquemáticamente temos: **o significado de “b” = b**. (Onde o *bê* entre aspas representa um nome qualquer e o *bê* sem aspas, o objeto designado pelo nome em questão).

Disto, a função de um nome é simplesmente introduzir uma pessoa ou um objeto no discurso. Portanto, nomes seriam como etiquetas. Eles apenas indicariam de quem ou do que estamos falando.

John Stuart Mill foi o mais famoso proponente dessa visão. Para Mill:

*[proper names] denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to these individuals [...] [proper names] are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse.*¹ (MILL, [1843] 1973, p. 33).

Há várias razões para se pensar que o significado de um nome próprio é apenas a pessoa ou o objeto que o nome designa. Por exemplo, quando folheando um dicionário, encontramos o significado de adjetivos, de verbos, de advérbios, etc., mas não encontramos (normalmente) o significado de nomes. Isso acontece, alguém poderia concluir, pelo fato de nomes simplesmente significarem os seus portadores. Um outro exemplo, se sabemos que “Dennett” é um nome, não perguntamos “O que significa *Dennett*?”. Ao invés disso, perguntamos “Quem é Dennett?” (e com essa pergunta quer se saber quem é a pessoa que *Dennett* designa).

¹ [Nomes próprios] denotam os indivíduos que são chamados por eles, mas eles não indicam ou implicam quaisquer atributos pertencentes a esses indivíduos [...] [nomes próprios] são simplesmente marcas usadas para permitir que aqueles indivíduos tornem-se sujeitos do discurso.

Chamaremos a essa visão de Teoria Referencial do Significado (TRS). De acordo com a TRS, conhecer o significado de um nome seria apenas conhecer a pessoa ou o objeto que ele designa. Como se pode perceber, essa é uma teoria muito simples e intuitiva. Todavia, a TRS enfrenta sérias dificuldades. Algumas delas foram apontadas e investigadas pelo matemático e filósofo alemão G. Frege ([1892] 1978). Considere as seguintes frases e o que podemos dizer sobre elas.

(1) Hesperus = Hesperus.

(2) Hesperus = Phosphorus.

Primeiro. É evidente que a frase (1) não é informativa. Ela não diz algo sobre o mundo que já não soubéssemos. A frase (2), por outro lado, é (potencialmente) informativa. A descoberta de que Hesperus e Phosphorus são um mesmo planeta (Vênus) foi uma importante inovação astronômica.

Segundo. A mera inspeção de (1) é suficiente para o estabelecimento da verdade de (1). No entanto, foi preciso uma investigação empírica para que se estabelecer a verdade de (2).

Como sabemos, a TRS defende que o significado de “b” é simplesmente b. No entanto, se “Hesperus” e “Phosphorus” designam o mesmo objeto, por que razão (1) e (2) têm significados diferentes? Como explicar, à luz da TRS, o fato de que “Hesperus” e “Phosphorus” designam a mesma coisa, mas que (1) e (2) têm “diferentes valores cognitivos”?

De acordo com Frege ([1892] 1978), para explicar a diferença cognitiva que há entre (1) e (2), é necessário assumir a existência de um elemento intermediário entre o nome e a referência do nome. Ele chamou esse elemento intermediário de sentido.

Para Frege, a referência de um nome é simplesmente o objeto denotado. O sentido de um nome, por sua vez, é aquilo que o torna significativo. Assim, o sentido de um nome é “onde está contido o modo de apresentação do objeto” (FREGE, [1892] 1978, p. 62), ou seja, é o critério para identificar a referência (caso ela exista). Por exemplo, a referência de “Lua” é simplesmente a Lua, mas o

sentido de “Lua” é “O satélite natural da Terra”. Portanto, na concepção fregiana, o significado de um nome não é simplesmente sua referência. Ele é formado, em princípio, por uma referência e por um sentido.

Vejamos como a distinção entre sentido e referência é capaz de elucidar o *puzzle* apontado por Frege.

(1) Hesperus = Hesperus.

(2) Hesperus = Phosphorus.

Embora os nomes “Hesperus” e “Phosphorus” tenham a mesma referência, cada um deles está associado a um sentido particular e, conseqüentemente, apresentam Vênus de uma maneira diferente. O sentido de “Hesperus” pode ser “O primeiro corpo celeste que surge no céu depois do pôr-do-sol” e o de “Phosphorus”, “O último corpo celeste que desaparece do céu antes do nascer do Sol”. Assim, a frase (2) nos informa que o primeiro corpo celeste que surge no céu depois do pôr-do-sol e o último corpo celeste que desaparece no céu antes do nascer do Sol são idênticos. Enquanto que (1) apenas informa que certa coisa (Hesperus) é idêntica a si mesma.

A distinção entre sentido e referência permite solucionar, pelo menos, um outro *puzzle* associado à TRS (o significado de “b” = b). O *puzzle* relaciona-se ao que chamamos hoje de atitudes proposicionais (*propositional attitudes*).

A Lei da Substituição de Identidades (LSI) afirma que de premissas “P(b)” e “b = c” podemos (logicamente) inferir que “P(c)”. À luz da LSI, considere os seguintes argumentos.

(3) Voltaire escreveu *Candide*.

Voltaire é François-Marie Arouet.

Logo, François-Marie Arouet escreveu *Candide*.

(4) Jones acredita que Voltaire escreveu *Candide*.

Voltaire é François-Marie Arouet.

Logo, Jones acredita que François-Marie Arouet escreveu *Candide*.

Como sabemos, um argumento é válido quando é impossível que as suas premissas sejam verdadeiras e a sua conclusão, falsa. Portanto, o argumento (3) é válido, mas o argumento (4) não o é. Afinal, não há nada de contraditório no fato de que Jones poderia saber que Voltaire escreveu *Candide* e não saber que François-Marie Arouet escreveu *Candide*. Todavia, se a LSI é verdadeira e se, como afirma a TRS, o significado de “b” é simplesmente b, por que razão o argumento (3) é válido, mas (4) é inválido?

A resposta de Frege é engenhosa. Para ele, frases também possuem, em princípio, sentido e referência. O sentido de uma frase é o pensamento (proposição) que ela expressa e a sua referência é um valor de verdade associado à frase.

Em contextos intensionais, entretanto, a referência de uma frase não é um valor de verdade, mas o seu sentido. Assim, em (3), a referência de "Voltaire escreveu *Candide*" é o verdadeiro, mas, em (4), a referência de "Voltaire escreveu *Candide*" é o seu sentido. Portanto, (4) não é uma aplicação da LSI e, conseqüentemente, não há violação alguma da LSI.

No entanto, a distinção entre sentido e referência enfrenta, ela própria, alguns problemas. Primeiro, Frege nos diz muito pouco acerca da natureza do sentido. É possível pensar que a distinção não resolve o problema do significado, ela apenas o nomeia. Além disso, alguns *puzzles* aparecem mesmo se aceitarmos a distinção entre sentido e referência.

(5) Não há Ulisses.

Ou, de forma mais natural:

(6) Ulisses não existe.

Como sabemos, para Frege, a referência dum frase depende da referência de suas partes. Assim, a referência de (6) depende, entre outras coisas, da referência de “Ulisses” e se “Ulisses” não tiver uma referência, nenhuma frase que contenha “Ulisses” terá uma referência (um valor de verdade). Conseqüentemente, (6) não seria nem verdadeira e nem falsa.

O problema desse resultado é que, aparentemente, não há problemas com o valor de verdade de (6). Todos, ou pelo menos a maior parte de nós, diriam que (6) é evidentemente verdadeira. Se é assim, esse resultado da teoria de Frege parece incorreto.

Analisemos, agora, a seguinte afirmação:

(7) The greatest whole number is even or not.²

Qual é o valor de verdade de (7)? Intuitivamente diríamos que (7) é falsa. Mas para Frege, como não há o número maior inteiro, não há também valor de verdade associado a (7). Porém, pelo princípio do *tertium non datur*, para qualquer frase P, a proposição expressa pela disjunção “ $P \vee \neg P$ ” será logicamente verdadeira. A distinção fregiana entre sentido e referência iria de encontro às leis da lógica clássica?

A distinção entre sentido e referência e os *puzzles* oriundos dessa distinção constituem uma importante motivação para a Teoria das Descrições de Russell. Num certo sentido, a teoria de Russell pode ser entendida como uma tentativa de oferecer soluções mais apropriadas que as de Frege para os *puzzles* apresentados, sem abandonar, contudo, uma visão referencial do significado.

1.2 Idéias Centrais da Teoria das Descrições

O objetivo da teoria de Russell é oferecer uma interpretação semântica apropriada de frases contendo descrições definidas e indefinidas. A teoria foi

² O maior número inteiro é par ou não.

inicialmente apresentada em Russell (1905), mas reaparece com algumas modificações em outros trabalhos³.

Descrições indefinidas ("*a prime number*", "*a woman wearing a hat*"⁴, etc.) e descrições definidas ("*the tallest man in the world*", "*the King of Spain*"⁵, etc.) são chamadas por Russell de expressões denotativas (*denoting phrases*). Como descrições definidas são "[...] *by far the most interesting and difficult of denoting phrases*"⁶ (RUSSELL, 1905, p. 481) quase tudo do que será dito daqui em diante tratará de descrições definidas.

Antes de continuar, lembremos que é bastante comum encontrar frases contendo descrições definidas representadas por "*The F is G*". Todavia, descrições definidas podem ser expressas de outras maneiras. Por exemplo, empregando-se pronomes possessivos ("*my father*", "*his sister*"⁷, etc.) ou empregando-se pronomes demonstrativos ("*That dog*", "*This pen*"⁸, etc.).

Também, é possível encontrar frases da forma "*The F is G*" que não representam genuínas descrições definidas como, por exemplo, "*The octopus is a mollusk*"⁹. Nesse caso, seria melhor "*All octopuses are mollusks*"¹⁰.

A teoria das descrições é apresentada por meio do que se chama de definição em uso ou definição contextual. Ao invés de analisar explicitamente as descrições definidas, Russell estabelece como frases contendo descrições definidas devem ser analisadas. Considere a seguinte frase:

(8) Albert II é baixo.

Como analisar a frase (8)? Podemos dizer que ela é uma frase do tipo sujeito-predicado que, na lógica de primeira ordem, seria parafraseada como "Ba".

³ Por exemplo, Russell ([1912] s/d) e Russell ([1919] 1993)

⁴ Um número primo, uma mulher usando chapéu.

⁵ O homem mais alto do mundo, o rei da Espanha.

⁶ [...] de longe as mais interessantes e difíceis expressões denotativas.

⁷ Meu pai, sua irmã.

⁸ Aquele cachorro, esta caneta.

⁹ O polvo é um molusco

¹⁰ Todo polvo é molusco.

“Albert II” é, também, um nome cuja função é designar determinado indivíduo, a saber, Albert II. Nomes são expressões cuja função é, em princípio, introduzir no discurso um indivíduo ou um objeto particular. Nomes (Napoleão, Descartes, etc.) são considerados casos paradigmáticos de termos singulares. No entanto, expressões como pronomes pessoais singulares (ele, ela, etc.) e pronomes demonstrativos singulares (este, esta, etc.) também são considerados termos singulares. Vamos considerar, agora, uma outra sentença:

(9) The prince of Monaco is short.¹¹

Parece natural analisar a frase (9) como se fosse do mesmo tipo de (8), isto é, como se fosse uma frase do tipo sujeito-predicado. Vista dessa maneira, a expressão “The prince of Monaco” seria também um termo singular cuja função é designar o mesmo indivíduo que “Albert II” denota, a saber, Albert II.

Todavia, de acordo com a teoria das descrições de Russell, não é isso o que acontece. A frase (9) não é uma frase do tipo sujeito-predicado e a expressão “The prince of Monaco” não é um termo singular. Ora, sendo assim, que de tipo frase é (9)? E se “The prince of Monaco” não é um termo singular, o que ele é?

Em primeiro lugar, a teoria das descrições nos diz que (9) é, na verdade, uma abreviação de três outras frases. As frases são:

(9.1) Há pelo menos um príncipe de Mônaco.

(9.2) Não há mais do que um príncipe de Mônaco.

(9.3) Se alguém é príncipe de Mônaco, é baixo.

Conjuntamente, o que (9.1), (9.2) e (9.3) afirmam é:

(10) Existe só um príncipe de Mônaco e ele é baixo.

Assim, quando afirmamos (9) o que estamos realmente afirmando é uma conjunção formada pelas sentenças (9.1), (9.2) e (9.3) ou, o que dá na mesma, estamos afirmando (10).

¹¹ O príncipe do Mônaco é baixo.

Percebemos mais fácil o que a teoria quer mostrar quando empregamos lógica de primeira ordem. As frases (9.1), (9.2) e (9.3) podem, dessa forma, ser reescritas como se segue:

(9.1') $(\exists x) (x \text{ é príncipe de Mônaco})$

(9.2') $(\forall x) (\forall y) ((x \text{ é príncipe de Mônaco} \wedge y \text{ é príncipe de Mônaco}) \rightarrow (y = x))$

(9.3') $(\forall x) (x \text{ é príncipe de Mônaco} \rightarrow x \text{ é baixo})$

E a conjunção formada a partir de (9.1'), (9.2') e (9.3') é a seguinte:

(10') $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é príncipe de Mônaco} \leftrightarrow y = x) \wedge x \text{ é baixo}).$

Apesar das aparências, a análise tornou evidente que (8) e (9) têm estruturas diferentes. A frase (9) não é uma frase do tipo sujeito-predicado como (8), mas uma frase formada por funções proposicionais, quantificadores e partículas lógicas.

A análise também tornou evidente que a expressão “The prince of Monaco” não é um termo singular, mas o que Russell chama de símbolo incompleto. Um símbolo incompleto “[...] *is essentially part of a sentence, and does not, like most single words, have any significance on its own account*¹²” [grifo do autor] (RUSSELL, 1905, p. 488), ou seja, é uma expressão que tomada isoladamente não denota algo ou alguém.

O que alcançamos com a teoria das descrições? O primeiro resultado importante é estabelecer um procedimento que “[...] *gives a reduction of all propositions in which denoting phrases occur to forms in which no such phrases occur*¹³” (RUSSELL, 1905, p. 482). Em outras palavras, podemos agora traduzir quaisquer frases contendo descrições definidas em frases livres de tais expressões. As descrições simplesmente “desaparecem na análise”.

¹² [...] é essencialmente **parte** de uma frase e não tem, como a maior parte dos termos singulares, nenhum significado em si mesmo.

¹³ dá uma redução de todas as proposições nas quais expressões denotativas ocorrem em formas nas quais tais expressões não ocorrem.

Além disso, fomos capazes de estabelecer uma distinção entre a forma gramatical de uma frase e sua estrutura lógica (ou forma lógica). Assim, gramaticalmente, é natural interpretar sentenças do tipo “*The F is G*” como sentenças do tipo sujeito-predicado, mas a análise lógica não coincide com a gramatical. Logicamente consideradas, as sentenças do tipo “*The F is G*” possuem estruturas idênticas às sentenças “Existe só um x que é F e ele (x) é G ” ou, na lógica de primeira ordem: $(\exists x) (Fx \wedge Gx \wedge (\forall y) Fy \rightarrow y = x)$.

Finalmente, empregando a teoria das descrições, podemos resolver, pelo menos, três *puzzles* lógicos que surgem quando tratamos descrições definidas como termos singulares.

O primeiro *puzzle* chama a nossa atenção para o estranho comportamento lógico de descrições em contextos intensionais. Em tais contextos, nomes e descrições (supostamente) violariam a LSI. Assim, o valor de verdade de uma frase permanece o mesmo se um termo da frase for substituído por outro termo, de mesma referência. De acordo com esse princípio, temos:

(11) Descartes é francês.

Descartes é Cartesius.

Logo, Cartesius é francês.

O argumento (11) é, sem dúvida, válido, pois é impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão, falsa. Entretanto, consideremos esse outro argumento, abaixo:

(12) Jones wished to know whether the author of *Meditationes* was Descartes.

The author of *Meditationes* was Descartes.

Therefore, Jones wished to know if Descartes was
Descartes.¹⁴

No argumento (12), temos apenas o que parece ser uma aplicação da LSI. No entanto, o argumento (12) não é válido. Por que isso acontece?

Tentemos entender o próximo *puzzle*. Pelo Princípio do Terceiro Excluído (PTE), a disjunção " $P \vee \neg P$ " é logicamente verdadeira para qualquer frase P. Logo, se uma frase "P" qualquer expressar uma proposição verdadeira, a sua negação - " $\neg P$ " - expressará uma proposição falsa (e vice-versa). No entanto, considere os seguintes exemplos.

(13) The person who proved the Goldbach conjecture is bald.¹⁵

(14) The person who proved the Goldbach conjecture is **not** bald.¹⁶

De acordo com PTE, se (13) expressasse uma proposição verdadeira, (14) deveria expressar uma proposição falsa (e vice-versa). No entanto, como a conjectura de Goldbach¹⁷ ainda não foi provada, (13) e (14) parecem expressar proposições falsas. Frases que contêm descrições vazias, ou seja, descrições sem denotação, violam o PTE? E, se não o violam, quais são os valores de verdade das proposições expressas por (13) e por (14)?

O último *puzzle* pode ser ilustrado pelo seguinte diálogo. Suponhamos que uma pessoa R diga: "A montanha de ouro não existe". Uma outra pessoa, M, poderia perguntar: "O que não existe? A que você está se referindo?" Naturalmente, a resposta de R seria: "Ora, estou me referindo à montanha de ouro". Ao que M retrucaria, "Como você pode fazer referência a algo que não existe?".

¹⁴ Jones queria saber se o autor das *Meditationes* era Descartes. O autor das *Meditationes* era Descartes. Logo, Jones queria saber se Descartes era Descartes.

¹⁵ A pessoa que provou a conjectura de Goldbach é calva.

¹⁶ A pessoa que provou a conjectura de Goldbach **não** é calva.

¹⁷ A conjectura de Goldbach afirma que todos os números pares maiores que 2 podem ser expressos como a soma de dois números primos.

Ora, segundo Russell, não é possível fazer referência ao que não existe. Logo, se R está se referindo à montanha de ouro, ela deve existir. Mas se ela existe, resulta em contradição negar-lhe sua existência. Portanto, negar a existência da montanha de ouro significa afirmar a sua existência. Todavia, esse resultado é inaceitável.

O próximo passo do nosso trabalho será mostrar como a teoria das descrições lida com os problemas apresentados.

(12) Jones wished to know whether the author of *Meditationes* was Descartes.

The author of *Meditationes* was Descartes.

Therefore, Jones wished to know whether Descartes was Descartes.

O primeiro *puzzle* surgiu quando, supostamente, substituímos “*the author of Meditationes*” por “Descartes” num contexto intensional (“x queria saber se P”). O resultado da substituição (“Jones queria saber se Descartes = Descartes.”) nos pareceu uma violação da LSI.

Considere a seguinte frase:

(15) Jones wished to know whether the author of *Meditationes* was Descartes.

De acordo com Russell, o que Jones queria saber era se havia uma - e só uma - pessoa que escreveu as *Meditações* e se tal pessoa era Descartes. Usando a lógica de primeira ordem, podemos reescrever (15) do seguinte modo:

(16) Jones queria saber se $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ escreveu as } \textit{Meditações} \leftrightarrow y = x) \wedge x = \text{Descartes})$.

Como esperávamos, a análise de (15), a frase (16), revelou que a expressão “*the author of Meditationes*” não é um termo singular e, portanto, não se refere a determinado indivíduo.

Contudo, o primeiro *puzzle* surgiu exatamente porque foi presumido que “*the author of Meditationes*” e “Descartes” eram ambos termos singulares de mesma referência. A análise mostrou que essa presunção era falsa. O nome “Descartes” é, em princípio, um termo singular que se refere a Descartes, mas a descrição “*the author of Meditationes*” é, de fato, um símbolo incompleto o qual não se refere a Descartes. Portanto, não há qualquer violação de LSI, simplesmente porque, em (12), não há dois termos de mesma referência.

O segundo *puzzle* surgiu quando indagamos sobre o valor de verdade de frases contendo descrições vazias. Normalmente, diríamos que (13) é falsa. Porém, pelo PTE, se dissermos que (13) é falsa, devemos dizer que (14) é verdadeira. O problema é que, normalmente, diríamos que (14) também é falsa. E se ambas são falsas, temos, aparentemente, uma violação do PTE.

O primeiro passo na direção de “solucionar” o segundo *puzzle* é se perguntar pela análise lógica de (13). De acordo com a teoria das descrições, como deveríamos analisar (13)? Sabemos que a frase (13) tem as mesmas condições de verdade que “Existe apenas uma pessoa que provou a conjectura de Goldbach e ela é calva”. Na lógica de primeira ordem, temos:

$$(17) \quad \exists x (x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach} \\ \wedge (\forall y) (y \text{ é uma pessoa} \wedge y \text{ provou a conjectura de} \\ \text{Goldbach} \rightarrow y = x) \wedge x \text{ é calva})$$

O exame da frase (17) nos revela que ela é falsa, pois não há uma pessoa que provou a conjectura de Goldbach. Isso significa que a frase (14) é verdadeira? Não necessariamente.

Russell notou que a frase (14) é ambígua, admitindo mais de uma leitura. Uma interpretação possível é: “Existe apenas uma pessoa que provou a conjectura de Goldbach e é falso que ela é calva”. Outra interpretação possível é: “É

falso que existe apenas uma pessoa que provou a conjectura de Goldbach e que ela é calva”.

A diferença entre as duas está relacionada a uma ambigüidade de âmbito (*scope ambiguity*) da negação. Na primeira leitura, negamos apenas uma parte frase. Na segunda leitura, negamos toda a frase. A primeira leitura equivale a (18) e a segunda leitura, a (19).

$$(18) \quad \exists x (x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach} \wedge (\forall y) (y \text{ é uma pessoa} \wedge y \text{ provou a conjectura de Goldbach} \rightarrow y = x) \wedge \neg x \text{ é calva})$$

$$(19) \quad \neg (\exists x (x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach} \wedge (\forall y) (y \text{ é uma pessoa} \wedge y \text{ provou a conjectura de Goldbach} \rightarrow y = x) \wedge x \text{ é calva}))$$

Podemos ver que a frase (18) é falsa, pois ela afirma que há uma pessoa que provou a conjectura de Goldbach. Todavia, (18) não é a negação lógica de (14). A negação de lógica de (14) é (19) que é verdadeira pela seguinte razão.

Como sabemos “ $\neg (P \wedge Q)$ ” equivale a “ $\neg P \vee \neg Q$ ”. Portanto, (19) equivale à seguinte disjunção:

$$(20) \quad \neg (\exists x) (x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach}) \vee \neg (\forall x) (\forall y) ((x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach}) \wedge (y \text{ é uma pessoa} \wedge y \text{ provou a conjectura de Goldbach} \rightarrow y = x)) \vee \neg (\forall x) (x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach} \rightarrow x \text{ é calva})$$

Uma disjunção é verdadeira quando pelo menos uma de suas partes é verdadeira. Ora, pelo menos uma das partes de (20) é verdadeira (a que afirma que não há uma pessoa que provou a conjectura de Goldbach: “ $\neg (\exists x) (x \text{ é uma pessoa} \wedge x \text{ provou a conjectura de Goldbach})$ ”). Portanto, (20) e, conseqüentemente, (14) são verdadeiras.

Nas frases (13) e (14), portanto, não havia violação do PTE. A “violação” do PTE surgiu apenas porque não fomos capazes de perceber que (14) era estruturalmente ambígua.

O último *puzzle* surgiu quando afirmamos:

(21) The golden mountain does not exist.¹⁸

Aparentemente, estamos nos referindo à montanha de ouro e lhe atribuindo a propriedade de não existir. Mas se ela não existe, como é possível se referir a ela? Como é possível atribuir-lhe ou negar-lhe qualquer propriedade?

A resposta de Russell a essa questão é muito simples: não é possível. Não podemos nos referir ao que não existe. Não podemos atribuir propriedades ao que não existe. É contraditório se referir ao que não existe e é contraditório lhe atribuir quaisquer propriedades. Para entender essa resposta de Russell, vamos analisar, de acordo com a teoria das descrições, a frase (21).

Em (21), afirma-se que “Existe uma e só uma montanha e ela é feita de ouro”. Na lógica de primeira ordem, temos:

(21) $(\exists x) ((x \text{ é uma montanha} \wedge x \text{ é feito de ouro}) \wedge (\forall y) (y \text{ é uma montanha} \wedge x \text{ é feito de ouro}) \rightarrow (y = x))$

O terceiro *puzzle* surgiu porque, mais uma vez, tratamos uma descrição, “The golden mountain”, como se fosse um termo singular. No entanto, a teoria das descrições demonstrou que quando analisamos corretamente a frase (21), a expressão “The golden mountain” desaparece. Claramente, em (21), não há qualquer termo singular referindo-se a um determinado objeto. Portanto, não há nada de contraditório em negar a existência da montanha de ouro.

Afirmar que o uso da descrição “The golden mountain” nos compromete com a existência de uma montanha de ouro é tão absurdo, quanto afirmar que o uso da expressão “ninguém” nos compromete com a existência de algo chamado ninguém.

¹⁸ A montanha de ouro não existe.

Para Russell, se “b” é um genuíno termo singular, o significado de “b” = b e a proposição que a frase “b é G” expressa é uma proposição singular: “Gb”. E a relação que existe entre “b” e b chama-se *referência*.

Como se pode ver, descrições definidas não são termos singulares. O significado de “*The F*” não é idêntico ao objeto que satisfaz a descrição “*The F*” (é por isso que “*The F is G*” é significativa mesmo quando nada é F). A proposição que a frase “*The F is G*” expressa é uma proposição geral: $(\exists x) (Fx \wedge (\forall y) (Fy \rightarrow y = x) \wedge Gx)$. Finalmente, a relação que existe entre “*The F*” e o objeto que satisfaz a descrição “*The F*” (se houver tal objeto) chama-se *denotação*.

Termos singulares fazem referência a indivíduos. Descrições definidas, não. Todos os *puzzles* lógicos surgiram porque tratamos descrições definidas como se fossem termos singulares, isto é, como se fossem expressões referenciais. A importância da teoria das descrições está em mostrar que, apesar das aparências, descrições definidas são expressões quantificadas que adquirem um significado apenas quando colocadas em um contexto maior. Em uma palavra, descrições definidas são símbolos incompletos.

1.3 Críticas à Teoria das Descrições: Strawson e Donnellan

Por mais de quarenta anos a teoria das descrições foi aceita pelos filósofos, sem grandes discussões. Com a publicação de Strawson (1950), isso mudou. Retomando algumas das idéias de Frege, Strawson percebeu vários problemas na teoria de Russell. Alguns desses problemas continuam sendo debatidos até hoje.

Considere os seguintes pontos (i), (ii) e (iii) e os exemplos (22a) e (22b). Suponha que (22a) represente um proferimento feito por Smith em 2000 e que (22b) representa um proferimento feito por Jones em 2006.

- i) uma frase (sentence) F,
- ii) um proferimento (utterance) de F,

iii) um uso (a use) de F.

22a) The president of The United States is a republican.¹⁹

22b) The president of The United States is a republican.

Em geral, podemos dizer que frases são entidades abstratas e seus respectivos proferimentos são entidades concretas, exemplificações (particulares) das frases. Em primeiro lugar, uma mesma frase pode ser proferida em várias ocasiões diferentes; (22a) e (22b) representariam diferentes proferimentos de uma mesma frase. Colocando o que foi dito em outros termos, a distinção entre (22a) e (22b) é uma distinção entre entidades abstratas (*type-sentence*) e seus correlatos concretos (*token-sentences*).

Em segundo lugar, uma mesma frase pode ser usada para fazer uma asserção verdadeira ou falsa. Podemos dizer que (22a) e (22b) foram usadas de maneiras diferentes. (22a) foi usada por Smith para fazer uma asserção falsa, já (22b) foi usada por Jones para fazer uma asserção verdadeira. E se uma pessoa qualquer dissesse, hoje,

(22c) The president of The United States is a republican.

ela estaria, como Jones, usando a frase em questão para fazer uma asserção verdadeira.

Segundo Strawson, há uma série de coisas verdadeiras que podem ser ditas acerca das frases. Primeiro. Frases são significativas (isto é, possuem significado) ou não. No entanto, frases não são verdadeiras, nem falsas. Frases são usadas para fazer asserções ou expressar proposições que são (ou podem ser) verdadeiras ou falsas. Além disso, frases não são sobre (*are not about*) pessoas particulares, pois uma mesma frase pode ser usada em diferentes ocasiões para falar sobre (*talk about*) pessoas diferentes.

Com certas modificações, as distinções traçadas entre (i), (ii) e (iii) valem também para as descrições. Assim, para Strawson, uma descrição não faz

¹⁹ O presidente dos EUA é um republicano.

referência a uma pessoa (ou objeto), mas ela pode ser usada para fazer referência a uma pessoa (ou objeto). “[R]eferring] is not something an expression does; it is something that someone can use an expression to do.”²⁰ (STRAWSON, 1950, p. 326).

De modo geral, é importante notar que não podemos dizer as mesmas coisas sobre frases e expressões (*types*) e sobre seus usos e proferimentos (*tokens*). Caso contrário, o resultado será confusão. Porém, é exatamente isso que Russell faz, afirma Strawson. Ao falar sobre frases e expressões, Russell não distinguiu entre *type-sentences* e *type-expressions* e seus respectivos *tokens*.

Para Strawson, Russell confundiu a questão do significado de uma *type-sentence* com a questão dos valores de verdade de uma *token-sentence*. Russell pensou que se uma *type-sentence* tem significado, ela (a *type sentence*) deveria ser verdadeira ou falsa. Ele também confundiu a questão do significado de uma *type-expression* com a questão da referência (denotação) de uma *token-expression*. Assim, se uma *type-expression* tem significado, ela (a *type-expression*) deve fazer referência a algo (objetos, propriedades, relações, etc.).

O significado de uma frase P não pode ser identificado com uma asserção de P. Igualmente, o significado de uma expressão não pode ser identificado com uma pessoa ou com um objeto. A significação, diz Strawson, é uma função da frase ou da expressão. A referência e a verdade-ou-falsidade são funções do uso de frases ou de expressões.

Compreender o significado de uma expressão é compreender as “diretivas gerais” (*general directions*) que envolvem o correto uso da expressão. É compreender “[...] *the rules, habits, conventions governing its correct use, on all occasions, to refer or to assert.*”²¹ (STRAWSON, 1950, p. 327).

Há um último ponto a ser considerado. Para Strawson, uma asserção será verdadeira (ou falsa) apenas se a pessoa que estiver usando a frase em

²⁰ Uma expressão não faz referência. Isso é algo que uma pessoa pode usar uma expressão para fazer.

²¹ [...] as regras, hábitos, convenções que governam seu uso, em todas as ocasiões, para referir-se ou afirmar.

questão, estiver falando sobre algo. Caso contrário, temos um uso espúrio de uma frase e a asserção feita não será verdadeira e nem falsa. Esse último ponto será mais desenvolvido adiante, nesta dissertação.

Considere o seguinte exemplo:

(23) The King of France is wise.²²

Segundo Strawson, há pelo menos duas coisas verdadeiras que Russell diria acerca de (23). Primeira: a frase (23) é significativa, isto é, é dotada de significado. Segunda: qualquer proferimento de (23), seria verdadeiro apenas se, no momento do proferimento, houvesse um e apenas um rei da França e ele fosse sábio.

Todavia, para Strawson, há várias coisas falsas que Russell diria acerca de (23). Primeira: se alguém proferisse (23) nos dias de hoje, estaria fazendo uma afirmação falsa. Segunda: se uma pessoa proferisse (23), parte da afirmação seria “existe um e só um rei da França”.

Imagine que Jones e você leitor estejam conversando sobre a atual política francesa. Infelizmente, Jones acredita que a França ainda é uma monarquia. No meio da conversa, Jones, convictamente, profere (23). Você diria que a afirmação de Jones é falsa?

“*I think quite certain that you wouldn't*”²³ (STRAWSON, 1950, p. 330). Para Strawson, se não há um rei da França, a pergunta pela verdade ou falsidade do que Jones disse não se coloca. Faz-se necessário algum tipo de esclarecimento. Deve-se explicar que há um mal-entendido, pois a França não é mais uma monarquia.

Quando se diz que o rei da França é sábio, não há uma implicação lógica (*entailment*) de que exista um rei da França. Há, no entanto, “[...] *a very special and odd sense of ‘imply’*”.²⁴ Prova disso, pensa Strawson, é que se frente ao proferimento de Jones alguém dissesse que não há um rei da França, “[...] *we*

²² O rei da França é sábio.

²³ Eu penso, com certeza, que você não diria.

²⁴ [...] um sentido especial e peculiar de implicação.

should certainly not say we were contradicting the statement that the King of France is wise."²⁵ (STRAWSON, 1950, p. 330).

Não é porque a frase (23) é significativa que cada um de seus proferimentos deva ser verdadeiro ou falso. Quando alguém profere (23), mas a expressão "The King of France" não se refere a alguém, sem dúvida, algo significativo foi dito, mas nada foi afirmado. Nesse caso temos um uso espúrio (em oposição ao uso genuíno) da descrição, não fazendo sentido perguntar se o proferimento em questão é verdadeiro ou falso.

Portanto, quando se usa uma frase "*The F is G*" para fazer uma afirmação, não se afirma que há um F. Também não é correto dizer que o seu proferimento implica logicamente (*entails*) que há um F. Nesse caso, a função do artigo é assinalar que estamos - ou acreditamos estar - fazendo referência a uma pessoa ou um objeto particular.

Para Strawson, há uma importante diferença entre dizer que um proferimento de (23) implica logicamente a existência de um rei da França e dizer que tal proferimento pressupõe que existe um rei da França. A diferença entre implicação lógica e pressuposição fica ainda mais clara quando consideramos os seguintes exemplos:

(24) The table is covered with books.²⁶

(25) $(\exists x) (x \text{ é mesa} \wedge (\forall y) (y \text{ é mesa} \rightarrow y = x) \wedge x \text{ está cheia de livros})$

Primeiro, vejamos o que Russell diria acerca de (24) e (25). Como sabemos, (25) será verdadeira se, e somente se, houver uma e apenas uma mesa e se ela estiver coberta de livros. No entanto, de acordo com Russell, qualquer proferimento de (24) terá as mesmas condições de verdade de (25). Portanto, qualquer proferimento de (24) será verdadeiro se houver uma e apenas uma mesa e se ela estiver coberta de livros.

²⁵ [...] nós certamente não poderíamos dizer que estávamos contradizendo o enunciado que o rei da França era sábio.

²⁶ A mesa está coberta de livros.

Strawson emprega um argumento muito simples para mostrar que (24) e (25) não têm as mesmas condições de verdade. Se há mais de uma mesa, então (25) é, literalmente, falsa. Porém, mesmo quando há mais de uma mesa, (24) pode ser verdadeira. É perfeitamente normal realizar proferimentos de (24) com o intuito de fazer referência a uma determinada mesa, mesmo quando há inúmeras outras mesas no mundo.

Para Strawson, há vários pontos importantes advindos do argumento acima. Primeiro, "Não há mais de uma mesa" não faz parte do que é dito quando (24) é proferido. "Não há mais de uma mesa" é algo pressuposto pelo proferimento de (24) e não algo que pode ser logicamente implicado de um uso de (24). Segundo, Mostra que a descrição é usada para fazer referência. Prova disso é que se uma pessoa fosse interrompida, antes de concluir seu proferimento de (24), ainda assim diríamos que houve referência a uma mesa particular. Imagine que ela disse apenas "The table is ...".

Se é assim, a teoria das descrições de Russell não está de acordo com o uso comum de descrições. A lógica de primeira ordem, ou outra lógica qualquer, não captura o significado da linguagem comum. A linguagem comum, diz Strawson não tem uma lógica exata.

Strawson foi um crítico importante de Russell. O artigo *On Referring* gerou uma enorme debate em filosofia da linguagem. No entanto, o mais influente crítico das teorias das descrições foi, na minha opinião, o norte-americano Keith Donnellan.

De acordo com Donnellan (1966), descrições definidas podem funcionar de duas maneiras diferentes. Elas podem ser usadas para *denotar* uma pessoa ou objeto particular, mas também podem ser usadas para *fazer referência* a uma pessoa ou objeto particular. Essa dualidade, argumenta Donnellan, representa uma séria dificuldade para a Teoria das Descrições de Russell.

Considere os seguintes exemplos de Donnellan²⁷.

²⁷ Os exemplos foram ligeiramente modificados.

PRIMEIRO EXEMPLO. Smith, um homem extremamente amável, é encontrado morto. Ao vê-lo, um detetive profere (26).

(26) The murderer of Smith is insane.²⁸

SEGUNDO EXEMPLO. Dias depois, Jones é acusado pelo assassinato de Smith. Durante o julgamento, ele se comporta de maneira muito estranha. Vendo aquilo, Harry, um amigo de Smith, profere (26).

(26) The murderer of Smith is insane.

Como a Teoria das Descrições de Russell (TDR) analisaria os proferimentos do detetive e de Harry? Conforme a TDR, os proferimentos serão verdadeiros se, e somente se:

- a) existir no mínimo um assassino de Smith,
- b) existir no máximo um assassino de Smith e
- c) todo assassino de Smith for louco.

As frases (a), (b) e (c) podem ser parafraseadas com o auxílio da lógica de primeira ordem do seguinte modo:

- (a) $(\exists x) (x \text{ é assassino de Smith})$
- (b) $(\forall x) (\forall y) (x \text{ é assassino de Smith} \wedge y \text{ é assassino de Smith} \rightarrow x = y)$
- (c) $(\forall x) (x \text{ é assassino de Smith} \rightarrow x \text{ é louco})$

Conjuntamente, (a), (b) e (c) significam que tanto o proferimento do detetive, quanto de Harry serão verdadeiros se, e somente se, (d) houver um e apenas um assassino de Smith e ele for louco. Semiformalmente, teríamos:

- (d) $(\exists x) ((\forall y) (y \text{ é assassino de Smith} \leftrightarrow y = x) \wedge x \text{ é louco})$

²⁸ O assassino de Smith é louco.

Para Russell, os dois proferimentos de (26) expressam a mesma proposição geral que (d). Naturalmente, se os dois proferimentos de (26) significam a mesma coisa, então eles têm as mesmas condições de verdade que (d).

Em linhas gerais, Donnellan concordaria com a análise que Russell faria do primeiro proferimento de (26). Quando o detetive disse “The murderer of Smith is insane”, ele expressou uma proposição *geral*. Foi dito que o assassino de Smith, *quem quer que ele seja*, é louco. Desse modo, ao proferir (26), o detetive usou a descrição “The murderer of Smith” atributivamente.

No entanto, Donnellan discorda da análise que Russell faria do segundo proferimento de (26). Quando Harry disse “O assassino de Smith é louco”, ele expressou uma proposição *particular*. Foi dito que *aquele indivíduo lá*, supostamente o assassino de Smith, é louco. Harry está usando a descrição apenas como “[...] *one tool for doing a certain job – calling attention to a person or thing – and in general any other device for doing the same job, another description or a name, would do as well.*”²⁹ (DONNELLAN, 1966, p. 285). Se alguém perguntasse a Harry a quem ele está se referindo, a resposta seria a Jones. Aqui, diria Donnellan, Harry usa a descrição “O assassino de Smith” referencialmente.

Para Donnellan, todavia, a melhor maneira de evidenciar as diferenças entre os dois usos de descrições é examinar o que acontece com os valores de verdade dos proferimentos de (26) quando ninguém satisfaz a descrição em questão.

No primeiro exemplo, se não há um assassino de Smith, nada foi dito sobre ele ou sobre alguém, pois não há uma pessoa a qual possamos corretamente atribuir-lhe o predicado “é louca”. De modo geral, no uso atributivo, quando não há um F nada é dito de algo ou alguém ao se afirmar que “The F is G”.

Porém, pensa Donnellan, não temos essa consequência no uso referencial de descrições. Aqui, mesmo que não haja um F, quando dizemos que

²⁹ [...] uma ferramenta para fazer uma determinada tarefa: chamar a atenção para uma pessoa ou uma coisa. E em geral qualquer outro instrumento que desempenhe a mesma função (outra descrição ou nome) serviria tão bem quanto.

"The F is G", é possível afirmar algo sobre alguém e, mais importante, é possível afirmar algo verdadeiro sobre alguém.

Quando Harry proferiu (26), ele estava falando sobre alguém, Jones. E se Jones era louco, então Harry, ao proferir (26) disse algo verdadeiro *sobre Jones*. No uso referencial, a descrição "The F" pode fazer referência a algo ou alguém que não seja de fato F.

Quando usada referencialmente, a descrição é:

*[...] simply a means of identifying the person we want to talk about, [and] it is quite possible for the correct identification to be made even though no one fits the description we used.*³⁰ (DONNELLAN, 1966, p. 286).

Desse modo, quando a descrição "The murderer of Smith" é usada referencialmente para falar de Jones, a proposição expressa pela frase "The murderer of Smith is insane" pode ser verdadeira mesmo, quando Smith não foi assassinado.

Portanto, uma frase do tipo "The F is G", quando usada referencialmente, possui condições de verdade diferentes da mesma frase quando ela é usada atributivamente. Donnellan conclui que frases contendo descrições são ambíguas.

Mas de que tipo de ambigüidade Donnellan está falando? Ambigüidade semântica ou ambigüidade sintática? De nenhuma das duas, segundo ele. Cada palavra de (26) parece ter o mesmo significado nos dois proferimentos e a sintaxe, também, parece ser a mesma. Donnellan fala em proferimentos pragmaticamente ambíguos onde "*the distinction between roles that the description play is a function of the speaker's intentions.*"³¹ (DONNELLAN, 1966, p. 297).

Note que afirmar que descrições são pragmaticamente ambíguas não é o mesmo que afirmar que há dois tipos de descrições (como, por exemplo, descrições simples, "The man drinking martini", e descrições complexas "That man drinking martini"), mas que descrições podem ser usadas de maneiras diferentes.

³⁰ [...] um meio para identificar a pessoa sobre a qual queremos falar [e] é perfeitamente possível que a correta identificação seja feita mesmo que ninguém se encaixe na descrição que usamos.

³¹ a distinção entre papéis que uma descrição desempenha é uma função das intenções do falante.

Segundo Donnellan, não podemos nos perguntar como uma descrição funciona desconsiderando a ocasião particular do seu emprego. Fora de um contexto e independente das intenções do falante, não podemos saber de que forma uma descrição está sendo empregada. Russell não atentou para esses fatores e, por isso, sua teoria não foi capaz de reconhecer o uso referencial de descrições.

1.4 Defesa da Teoria das Descrições: Mackay e Kripke

Apesar de intuitiva e atraente, a crítica de Donnellan à teoria das descrições foi recebida com desconfiança por vários filósofos. Alfred MacKay foi um dos primeiros críticos da distinção entre uso referencial e atributivo de descrições definidas.

MacKay começa seu artigo perguntando-se como devemos caracterizar referência. Uma possível resposta é fazer referência a uma pessoa ou objeto é o mesmo que tornar conhecido (*making known*) para um ouvinte de quem ou do que estamos falando. (MACKAY, 1968, p. 197). Entretanto, essa resposta é aceitável?

Segundo MacKay, não é. Fazer referência a β não pode ser identificado com tornar conhecido para um ouvinte que estamos falando β . Mas por que não? Pela seguinte razão: essa identificação faria a questão da referência depender demais do ouvinte, em detrimento do que foi dito.

(27) Jones é louco.

De acordo com (a), se eu disser (27) para uma pessoa sentada ao meu lado, mas ela não escutar ou não compreender o que eu disse, então eu não fiz referência a Jones. No entanto, isso não parece certo. Quando digo (27), mesmo não existindo outras pessoas presentes, ainda assim eu faria referência a Jones.

Outra resposta possível é fazer referência a uma pessoa ou objeto é o mesmo que tornar *conhecível* (*making knowable*) para um ouvinte de quem ou do que estamos falando. (MACKAY, 1968, p. 197). No entanto, essa resposta não é inteiramente aceitável, pois, há, argumenta MacKay, outras formas de tornar

conhecível que não são referir. Portanto, seria melhor dizer que fazer referência a β é uma maneira, entre outras possíveis, de tornar conhecível para o ouvinte que estamos falando de β .

O que seria um caso no qual tornar conhecível para um ouvinte que estamos falando de β e fazer referência a β não são a mesma coisa? Considere o seguinte caso.

Suppose the throne is occupied by a man I firmly believe to be not the king, but a usurper. Imagine also that his followers as firmly believe that he is the king. Suppose I wish to see this man. I might say to his minions, 'Is the king in his countinghouse?' I succeed in referring to the man I wish to refer without myself believing he fits the description. (DONNELLAN, 1966, p. 290 – 291).³²

Já sabemos como Donnellan explicaria o caso acima. Segundo ele, o falante usou a descrição “the king” para fazer referência a uma pessoa particular, apesar dela não satisfazer a descrição empregada. Em termos gerais, para Donnellan, é possível usar uma descrição “*The F*” para fazer referência a uma pessoa particular, mesmo quando a pessoa em questão não é, de fato, F.

MacKay vê a questão de forma diferente. Para ele, o falante não fez referência ao suposto usurpador. Todavia, o falante foi bem sucedido em tornar conhecível, para o ouvinte, de quem ele estava falando. Não importa que ele tenha usado uma descrição incorreta.

No caso de descrições definidas, o que significa então fazer referência? A resposta de MacKay é:

[...] referring is making knowable what we talking about by way of using an expression which correctly describes the object in question. [...] If the description does not fit [...] the speaker has failed to refer, notwithstanding The fact that he may have succeeded, by other means, in making knowable what he was talking about. (MACKAY, 1968, p. 198).³³

³² Suponha que o trono seja ocupado por um homem que acredito firmemente não ser o rei, mas um usurpador. Imagine também que seus seguidores acreditam firmemente que ele é o rei. Suponha que eu queria encontrar esse homem. Eu poderia dizer a algum de seus lacaios: "O rei está na *counting house*?". Eu faço referência ao homem que desejo me referir sem acreditar que ele se encaixa na descrição.

³³ Fazer referência é tornar conhecível [a respeito] do que estamos falando por meio do uso de uma expressão que corretamente descreve o objeto em questão. [...] se a descrição não se encaixa [...] o falante não fez referência a despeito do fato de que ele pode ter conseguido, de outra forma, tornar conhecível [a respeito] do que ele estava falando"

Até agora, a explicação de MacKay pode ser entendida apenas como uma alternativa à de Donnellan. Ele não apresentou boa razão para se preferir o seu relato ao de Donnellan. Será a divergência dos dois filósofos não-substantiva, mas apenas verbal?

Contra a concepção de Donnellan, MacKay distingue quatro elementos importantes para uma teoria da referência:

- (1) as intenções do falante,
- (2) a descrição empregada pelo falante³⁴,
- (3) o objeto ao qual o falante pretende fazer referência e
- (4) o ouvinte ou os ouvintes.

O problema com a teoria de Donnellan, diz MacKay, é o exagero na importância de (1) e (4) e desconsideração do papel de (2).

Para Mackay, a teoria de Donnellan pode ser corretamente resumida como se segue. Não importa a descrição empregada pelo falante, se ele pretende fazer referência a determinada pessoa e se o ouvinte é capaz de identificar a pessoa de quem ele quer falar, então o falante, de fato, fez referência à pessoa em questão.

Objetivando de ilustrar sua crítica, Mackay cita um trecho do livro de Lewis Carroll (1936, Apud MACKAY, 1968, p. 200). Em meio a um diálogo, Humpty Dumpty diz à Alice: “*When I use a word [...] it means just what I choose it to mean*”³⁵. O trecho exemplifica uma concepção lingüística cuja dimensão convencional da linguagem é deixada de lado e o que é dito depende inteiramente das intenções do falante em cada ocasião.

Essa “teoria” da referência parece claramente inaceitável. Porém, pensa MacKay, essa concepção de referência é defendida por Donnellan. Assim, para Humpty Dumpty e Donnellan não há diferença entre fazer referência e intentar fazer referência, essas tornam-se idênticas. “*Donnellan, it seems to me, gives a*

³⁴ No original, “*the ostensible referring expression used (o. r. e)*”.

³⁵ Quando uso uma palavra [...] ela significa apenas aquilo que eu decido que ela signifique

*Humpty Dumpty account of referring. He tends to collapse referring into intending to refer.*³⁶ (MACKAY, 1968, P. 200)

Mas se a teoria da referência de descrições definidas apresentada por Donnellan é tão absurda quanto a de Humpty Dumpty, por que não percebemos isso? Porque os exemplos de Donnellan não envolvem descrições absurdas, mas o que podemos chamar de "erros por pouco" (*near-misses*). Se no lugar da descrição "the king" o falante tivesse usado "the janitor"³⁷, alguém saberia a quem ele estava querendo se referir?

Imagine a seguinte situação. Em cima de uma mesa há um livro e uma rocha. Uma pessoa que sabe pouquíssimo inglês aponta para o livro e diz:

(28) *Bring me the rock on the table.*³⁸

A pessoa acima fez referência ao livro em cima da mesa? Para MacKay, a resposta é não. No entanto, frente ao exemplo (28), Donnellan seria forçado a responder que sim.

O problema, pensa MacKay, é que alguém que aceita que em (28) foi feita referência ao livro - e não à rocha - está se comprometendo com a teoria da referência de Humpty Dumpty. Se é possível fazer referência a um determinado livro com a descrição "*the rock*", então é possível fazer referência ao livro com qualquer descrição e o significado (convencional) da descrição torna-se de nenhuma importância. Pelo menos no caso de descrições, não haveria distinção entre fazer referência a uma pessoa e intentar fazer referência a ela.

*The moral of this is that if we get away from this "restricted" view of referring, to the wider view that referring is just (somehow) making knowable what one is talking about, then we are no longer in Russell ball park. We are not revising or correcting his account, nor are showing where it went wrong – we have merely changed the question; because, on this Humpty Dumpty view of referring, no specific problem about definite descriptions can even arise.*³⁹
(MACKAY, 1968, p. 201 – 202)

³⁶ Para mim, Donnellan oferece uma teoria Humpty Dumpty da referência. Ele tende a colapsar fazer referência com intentar fazê-lo.

³⁷ Respectivamente, o rei e o zelador.

³⁸ Traga-me a rocha sobre a mesa.

³⁹ A moral disto é que se nos afastamos da concepção "restrita" de referência e abraçamos uma concepção mais ampla de referência segundo a qual fazer referência é apenas tornar, de alguma

A conclusão de MacKay, num sentido geral, antecipa um ponto importante da crítica de Grice ([1969] 1998) e de Kripke ([1977] 1998) a Donnellan. Os exemplos de uso referencial, apesar das aparências, não contrariam a TDR. Num sentido importante, Donnellan e Russell estão falando sobre coisas diferentes. Para MacKay o uso “referencial” apontado por Donnellan não é, na verdade, um uso referencial. Ou melhor, ele pode ser considerado referencial apenas se aceitarmos a teoria Humpty Dumpty da referência, mas essa teoria, como vimos, é absurda.

Outro filósofo que encarou com suspeitas a distinção entre uso referencial e atributivo de descrições foi Saul Kripke. Kripke preocupou-se em mostrar que, contrariamente às aparências, as considerações de Donnellan não refutavam a TDR. Além disso, ele defendeu que há uma série de razões metodológicas para se preferir o relato de Russell sobre descrições ao de Donnellan.

Começaremos examinando a noção de ambigüidade “pragmática” proposta por Donnellan. Costuma-se falar em dois tipos de ambigüidade. Ambigüidade lexical (semântica) e ambigüidade estrutural (sintática). Vejamos o seguinte exemplo:

(29) Uma professora de filosofia norte-americana virá à UnB.

Naturalmente, alguém poderia perguntar: “O que você está querendo dizer? A professora é norte-americana ou ela ensina filosofia norte americana?” Note que, em princípio, nenhum dos termos de (29) é ambíguo. Mesmo assim, (29) possui significados diferentes. Portanto, a frase (29) é um exemplo de frase estruturalmente ambígua.

(30) O corpo de Smith foi encontrado perto de um banco.

A palavra “banco” é ambígua. Ela pode contribuir de várias maneiras diferentes para o significado da frase (30). Por exemplo, (30) pode significar que o corpo de Smith foi encontrado perto de uma instituição financeira ou, simplesmente, pode significar que seu corpo foi encontrado perto de um assento.

maneira, concebível, não estamos mais falando da mesma coisa que Russell. Não estamos revisando ou corrigindo sua teoria ou mostrando onde ela errou. Nós apenas mudamos a questão, pois, na concepção Humpty Dumpty de fazer referência, nenhum problema específico sobre descrições definidas pode surgir.

Donnellan afirma que a ambigüidade de (26) não é estrutural, pois seus exemplos são sintaticamente idênticos. Ela também não é lexical, já que o significado das palavras parece o mesmo tanto no uso referencial, quanto no uso atributivo. Com alguma cautela, ele sugere que a ambigüidade de (26) é pragmática.

Kripke argumenta que Donnellan não é inteiramente coerente nesse ponto, pois não há “ambigüidades pragmáticas”. Uma expressão ou é estruturalmente ambígua ou é lexicalmente ambígua. Kripke escreve:

*It's not 'uses', in some pragmatic sense, but senses of a sentence which can be analysed. If the sentence is not (syntactically) or semantically ambiguous, it has only one analysis; to say that it has two distinct analyses is to attribute a syntactic or semantic ambiguity to it. [grifos originais].*⁴⁰ (KRIPKE, [1977] 1998, p. 235)

Searle (1983, p. 150, n. 3) também se mostra insatisfeito com Donnellan nesse ponto.

*It is not clear at all, by the way, what a “pragmatic ambiguity” is supposed to be. “I went to the bank” is semantically ambiguous. “Flying planes can be dangerous” is syntactically ambiguous. But what is a pragmatically ambiguity? Is “You are standing on my foot” supposed to be pragmatically ambiguous because in some contexts its utterance can be more than just a statement of a fact? If so, then every sentence is indefinitely “pragmatically ambiguous”. If we had a notion of pragmatic univocality” but in fact neither notion has any clear sense at all.*⁴¹

Na verdade, o que Donnellan quis dizer é que descrições definidas podem, às vezes, ser usadas de forma indexical e, às vezes, de forma não-indexical (russelliana). Algo parecido, creio eu, acontece com os pronomes pessoais.

⁴⁰ Não são ‘usos’, em algum sentido pragmático, mas **sentidos** de uma frase que podem ser analisados. Se a frase **não** é (sintaticamente ou) semanticamente ambígua, ela tem apenas uma **única** análise. Dizer que ela tem duas diferentes análises é atribuir ambigüidade semântica ou sintática a ela.

⁴¹ Aliás, não é de modo algum claro o que deveria ser uma “ambigüidade pragmática”. “Fui ao banco” é semanticamente ambíguo. “Todas as pessoas gostam de uma pessoa”^{*} é sintaticamente ambíguo. Mas o que é ambigüidade pragmática? “Você está pisando no meu pé” deveria ser uma ambigüidade pragmática porque em alguns contextos o seu proferimento pode significar mais que a afirmação de um fato. Se é assim, então toda frase é indefinidamente “pragmaticamente ambígua”. Se tivéssemos uma noção de “pragmaticamente ambíguo” deveríamos ter também uma noção de “univocidade pragmática”, no entanto, nenhuma das noções têm um sentido claro.

^{*} As traduções de “*Flying planes can be dagerous*” para o português não são sintaticamente ambíguas. Por essa razão, substituí o exemplo original por “Todas as pessoas gostam de uma pessoa” que é sintaticamente ambíguo.

Primeiro caso: (Apontando para Jones) "Ele precisa de tratamento psiquiátrico."

Segundo caso: (Jones não está presente) "Jones é louco. Ele precisa de tratamento psiquiátrico."

No primeiro caso, o pronome está sendo usado de forma indexical. Nesse caso, a referência do pronome, será determinada, entre outras coisas, pelas intenções comunicativas do falantes numa determinada ocasião. No segundo caso, o pronome está sendo usado de forma anafórica. Nesse caso, a interpretação do pronome depende daquilo que foi mencionado anteriormente. O que temos acima não é uma caso de "ambigüidade pragmática", mas de usos indexicais e não-indexicais do pronome pessoal.

Não é preciso insistir nesse ponto. O próprio Donnellan em correspondência pessoal com Salmon (SALMON, 2004) confirmou a interpretação indexical era o que ele tinha em mente com a (infeliz) expressão "ambigüidade pragmática".

Além disso, há razões para se pensar que o artigo definido em inglês nem ao menos é lexicalmente ambíguo. Suponha que desejamos saber se a palavra μ tem dois significados diferentes em português, ou em outra língua qualquer. Como poderemos sabê-lo? Kripke propõe dois testes.

Primeiro teste: podemos consultar nossas "intuições lingüísticas". Esperaríamos encontrar uma outra língua onde há duas palavras distintas para μ ? Segundo teste: podemos realizar uma investigação empírica. Seríamos capazes de identificar alguma língua estrangeira onde há duas palavras diferentes para μ ? Se ao menos uma das respostas for positiva, temos boas razões, pensa Kripke, para acreditar que μ é ambígua em português.

Suponha, por exemplo, que desejamos saber se a palavra "manga" é ambígua em português. Primeiro, esperaríamos encontrar uma outra língua onde há duas palavras diferentes para "manga"? Muito provavelmente, sim. Não ficaríamos nem um pouco surpresos em saber que há duas palavras diferentes para "manga" numa outra língua.

Segundo, seríamos capazes de identificar alguma língua estrangeira onde há duas palavras diferentes para “manga”? Sim, com muita facilidade. Em inglês, por exemplo, teríamos “mango” para a fruta e “sleeve” para a parte da camisa onde se coloca o braço. Vemos que a palavra portuguesa “manga” é bem sucedida nos dois testes apresentados por Kripke.

No que diz respeito às nossas intuições, o caso do artigo “the” é semelhante ao da palavra “manga”? Para Kripke, claramente não. Ele escreve:

*I at least would find it quite surprising to learn that, say Eskimo, used two separated words ‘the’ and ‘ze’, for the attributive and referential uses.*⁴²
(KRIPKE, [1977] 1998, p. 245)

A maioria dos falantes de língua inglesa, pensa Kripke, também possui intuições unitárias em relação ao artigo definido. Eles ficariam surpresos ao saber que outras línguas fazem uma distinção lexical do artigo entre o seu uso referencial e o seu uso atributivo.

O segundo teste parece ainda mais promissor do que o primeiro. Se por meio de uma investigação empírica identificarmos uma ou mais línguas que façam uma distinção lexical (explícita) do artigo definido entre o seu uso referencial e o seu uso atributivo, então teremos boas razões para acreditar que o artigo possa ser ambíguo em inglês. Infelizmente, até onde sabemos, essas investigações ainda não foram feitas.

Outro ponto importante da argumentação de Kripke é o seguinte. Caso a distinção proposta por Donnellan não seja semântica, recorrer à existência de usos referenciais de descrições não será suficiente para contradizer a teoria de Russell. Para examinar essa questão, Kripke propõe o seguinte teste:

*If someone alleges that a certain linguistic phenomenon in English is a counterexample to a given analysis, consider a hypothetical language which (as much as possible) is like English except that the analysis is **stipulated to be correct**. Imagine such a hypothetical language introduced into a community and spoken by it. **If the phenomenon in question would still arise in a community that spoke such a hypothetical language (which may not be English), then the fact that it arises in English cannot***

⁴² Eu, pelo menos, ficaria muito surpreso ao saber que [a língua] esquimó, por exemplo, usa duas palavras separadas ‘the’ e ‘ze’ para os usos atributivo e referencial.

*disprove that the analysis is correct for English.*⁴³ [Grifos do autor]
(KRIPKE, [1977] 1998, p. 239)

Kripke imagina uma variação do inglês atual chamado inglês de Russell (*Russell language*). O inglês de Russell é, tanto quanto possível, como o inglês atual. Exceto por um ponto. Nele, todas as descrições definidas foram abolidas. Assim, ao invés de dizer “The king is wise⁴⁴”, os falantes do inglês de Russell dizem “There is only one king and every king is wise⁴⁵”. Evidentemente, frases do inglês de Russell com descrições terão as condições de verdade previstas pela TDR.

Agora, imagine que durante o julgamento de Jones estivesse presente um falante do dialeto de Russell. Com a intenção de descrever o estranho comportamento do acusado, ele poderia dizer:

(30) There is only one murderer of Smith and every murderer
 of Smith is insane.⁴⁶

Estipulamos que no inglês de Russell as descrições são unívocas, isto é, que elas têm uma e só uma análise. Além disso, estipulamos que a análise de descrições é dada pela TDR e que, portanto, a análise de descrições não é referencial. Ora, se mesmo assim o uso referencial ocorresse no inglês de Russell, isso significaria que o uso referencial não é um fenômeno semântico e que, portanto, ele *não* refuta a TDR.

O uso referencial de descrições ocorreria no inglês de Russell? É claro que sim. Afinal, como diz Kripke, os falantes do inglês de Russell são tão falíveis quanto qualquer um de nós. Ao proferir (30), o falante do inglês de Russell diria algo literalmente falso (se Smith não foi assassinado), mas, se Jones é louco, então ele comunicou algo verdadeiro.

⁴³ Se alguém alega que um certo fenômeno lingüístico em inglês é um exemplo contrário a uma dada análise, considere uma linguagem hipotética que, tanto quanto possível, é como o inglês exceto [por um ponto:] a análise **estipulada** é correta. **Se o fenômeno em questão ainda surgiria numa comunidade que falasse essa língua hipotética (que poderia não ser o inglês), então o fato de que ela surge em inglês não pode refutar a hipótese de que a análise é correta para o inglês.**

⁴⁴ O rei é sábio

⁴⁵ Há apenas um rei e todo rei é sábio.

⁴⁶ Há apenas um assassino de Smith e todo assassino de Smith é louco.

O teste de Kripke mostra que o simples apelo ao uso não é suficiente para refutar a TDR. Afirmar que descrições são ambíguas porque elas às vezes são usadas referencialmente seria o mesmo que afirmar que quantificadores são ambíguos porque às vezes eles são usados referencialmente.

É muito importante para o argumento de Kripke não embaralhar as dimensões semântica e pragmática da linguagem. Em particular, é essencial não confundir aquilo que as palavras significam literalmente (semântica) com aquilo que elas podem comunicar numa determinada ocasião (pragmática)⁴⁷.

Outro ponto importante da argumentação de Kripke é o seguinte. Como Grice, Kripke distingue entre o que uma frase significa e o que o falante quer significar ao usar essa frase.

(31) Os policiais estão próximos.

Imagine que a frase (31) foi proferida por um assaltante durante o roubo de um banco. O que o assaltante disse ao proferir (31)? A resposta é simples. Ele disse que os policiais estavam próximos. Contudo, o que ele queria dizer (*meant*) naquela ocasião? Ora, naquela ocasião, o que ele queria dizer era algo diferente, a saber, que eles deveriam fugir. Em outras palavras, ele disse que os policiais estavam próximos, mas o que ele comunicou foi “Vamos fugir”. Note que “Vamos fugir” não faz parte do significado literal de (31) nem mesmo naquela ocasião.

(32) Jones é um grande amigo.

Imagine que você detesta Jones e que uma pessoa pergunta o que você acha dele. De forma irônica, você profere (32). Nesse caso, o que foi dito é literalmente falso. Não é verdade que Jones seja um grande amigo seu. No entanto, aquilo que você quis dizer é verdadeiro. Jones não é um grande amigo seu. Você disse algo falso, mas comunicou algo verdadeiro.

⁴⁷ Tenho consciência das dificuldades teóricas em torno da distinção entre semântica e pragmática, bem como da ampla literatura em torno da distinção. No presente trabalho, entretanto, tomá-la-ei como razoavelmente clara para os propósitos que me proponho neste trabalho. Nisto, sigo os autores utilizados, que tampouco problematizam a distinção.

Como podemos ver, o fenômeno em questão é muito comum. Frequentemente, dizemos uma coisa e comunicamos outra diferente. Não há nada de incomum no fato de alguém proferir “P” e com isso comunicar algo como “Q” ou mesmo “¬P”.

Note que aquilo que comunicamos depende não apenas do significado convencional das palavras que usamos, mas da ocasião do proferimento e em particular das intenções dos falantes em cada ocasião de uso.

Os exemplos acima representam diferentes fenômenos lingüísticos. Em (31), temos uma implicatura conversacional e em (32) temos um caso de ironia. O que os exemplos têm em comum? Primeiro, cada um deles nos remete a distinção entre aquilo que dizemos e aquilo que comunicamos. Segundo, seria um erro tentar explicá-los como fenômenos semânticos, já que nenhum deles é de fato um fenômeno semântico.

Considere o seguinte diálogo. Ele se passa entre duas pessoas, A e B, que vêem Smith⁴⁸ de longe e confundem-no com Jones.

A: O que Jones está fazendo?

B: Limpando o gramado.

No diálogo acima, parece razoável afirmar que os dois participantes fizeram referência a Smith (e não a Jones) e que se Smith estava limpando o gramado, então “B” disse algo verdadeiro sobre Smith (independentemente do que Jones fazia na ocasião). No entanto, sabemos que em português (ou em inglês) “Jones” designa Jones e não Smith. Isso quer dizer que o nome “Jones” é ambíguo?

Como casos particulares da distinção griciana entre o que é dito e o que é implicado, Kripke introduz as noções de referência do falante e referência semântica.

*If a speaker has a designator [for example, a proper name] in his idiolect, certain conventions of his idiolect (given various facts about the world) determine the referent in the idiolect: that I call the **semantic referent** of the*

⁴⁸ Não o que morreu! Uma outra pessoa chamada de Smith.

*designator. (...) the speaker's referent of a designator [is] that object which the speaker wishes to talk about, on a given occasion, and believes fulfills the condition for being the semantic referent of the designator.*⁴⁹ [Grifos do autor] (KRIPKE, [1977] 1998, p. 237 – 238)

Como a distinção entre referência semântica e referência do falante pode explicar o caso Smith-Jones?

Em linhas gerais, a resposta é bem simples. Embora a referência semântica de “Jones” seja Jones, naquela ocasião, a referência do falante ao usar “Jones” não era Jones, mas Smith. Assim, temos um caso onde a referência semântica de uma determinada expressão e a referência do falante ao usar essa expressão são diferentes. Naquela ocasião, a referência a Smith é um fenômeno pragmático. Semanticamente, ele não faz parte do diálogo.

Portanto o que o falante disse foi “Jones está limpando o gramado”. No entanto, naquela ocasião particular, o que ele comunicou foi “Smith está limpando o gramado”. E nesse caso, o que ele disse e o que ele comunicou têm condições de verdade diferentes. O que ele disse é verdadeiro apenas se, durante o proferimento, Jones estivesse limpando o gramado. Por outro lado, o que ele comunicou é verdadeiro apenas se Smith estivesse limpando o gramado.

Como era de se esperar, o fenômeno acima pode ser explicado sem afirmar que nomes próprios são ambíguos. Ele é simplesmente um caso onde há uma discordância entre a referência semântica de um nome e a referência do falante numa determinada ocasião ao utilizar esse nome.

Para Kripke, o uso referencial de descrições apontado por Donnellan é simplesmente um caso particular da distinção entre referência semântica e referência do falante aplicado a descrições definidas. Não precisamos apelar para a ambigüidade a fim de explicá-los. A distinção apontada por Donnellan entre usos referencial e atributivo de descrições, não revela uma diferença de significados entre descrições.

⁴⁹ Se um falante tem um designador [um nome próprio, por exemplo] em seu idioleto, certas convenções do seu idioleto (dados certos fatos sobre o mundo) determinam a referência no idioleto: isso eu chamo de **referência semântica** de um designador. (...) a referência do falante de um designador é aquele objeto ao qual o falante deseja fazer referência numa determinada ocasião e que ele acredita que satisfaz as condições para ser a referência semântica do designador.

Portanto, de acordo com Kripke, Donnellan confundiu as dimensões semântica e pragmática da linguagem. Ele não foi capaz de separar aquilo que é (literalmente) dito daquilo que é comunicado. Em outras palavras, ele tomou fatos pragmáticos por fatos semânticos.

Vejamos como a distinção entre referência semântica e referência do falante pode esclarecer os exemplos de Donnellan. Note que Kripke apenas indica que a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições é um caso particular da distinção entre referência do falante e referência semântica. Ele não explica que tipo de caso particular é esse.

(26) The murderer of Smith is insane.

O uso atributivo de (26) não é controverso. Nele o uso da descrição está, em princípio, de acordo com a TDR. Não há referência semântica, nem referência do falante e o que o falante disse e o que ele comunicou coincidem.

No uso referencial, contudo, há uma diferença entre o que o falante disse (literalmente) e o que ele comunicou. Observe que o que ele disse foi algo geral, mas o que ele comunicou foi algo particular. A proposição que ele expressou literalmente foi “Existe uma e só uma pessoa que assassinou Smith e ela é louca”. No entanto, ele comunicou “Jones é louco”.

Observe também que as condições de verdade de cada proferimento (literal) de (26) são sempre as mesmas. Se não há um assassino de Smith, o que o falante disse é (literalmente) falso nos dois casos. Mesmo assim, se Jones é de fato louco, o que o falante comunicou é verdadeiro.

Entretanto, em nenhum dos dois casos há uma referência semântica associada à descrição. De acordo com a TDR, nunca há esse tipo de referência associada a descrições. Descrições apenas abreviam expressões quantificadas.

Nada impede, todavia, que haja uma referência do falante associada a uma descrição. No uso referencial, a referência do falante ao empregar a descrição era Jones. A referência do falante não é estabelecida semanticamente. Ela é o

resultado de determinados mecanismos pragmáticos. As tabelas 1 e 2 resumem o que foi dito acima.

Tabela 1 Referência semântica e do falante

	Referência semântica	Referência do falante
UA	[Não há]	[Não há]
UR	[Não há]	Jones

Tabela 2 O que é dito e o que é comunicado⁵⁰

	O que é dito	O que é comunicado
UA	$(\exists x) ((\forall y) (Ays \leftrightarrow y = x) \wedge Lx)$	$(\exists x) ((\forall y) (Ays \leftrightarrow y = x) \wedge Lx)$
UR	$(\exists x) ((\forall y) (Ays \leftrightarrow y = x) \wedge Lx)$	Lj

Um outro problema com a distinção entre os usos referencial e atributivo de descrições é que ela não é exaustiva. Ela não se restringe à classe das descrições definidas. Expressões quantificadas em geral também podem ser usadas ora de modo atributivo, ora de modo referencial. Para KRIPKE (1998, p. 241):

*When a speaker asserts an existential quantification, $(\exists x) (\Phi x \wedge \Psi x)$, it may be clear which thing he has in mind as satisfying ' Φx ', and he may wish to convey to his hearers that that thing satisfies ' Ψx '.*⁵¹

Considere as seguintes situações. O exemplo foi retirado, com algumas modificações de Larson e Segal (1996, p. 342 – 343).

PRIMEIRA SITUAÇÃO. Suponha que Smith⁵² e sua mulher estão visitando o zoológico da cidade. Ao perceber a quantidade de sujeira no chão, ele diz (33).

(33) Algumas pessoas não têm educação.

⁵⁰ Abreviações: UA: uso atributivo; UR: uso referencial; s: Smith; A: ... é assassino de ...; j: Jones; L: ... é louco.

⁵¹ Quando um falante profere uma quantificação existencial, $(\exists x) (\Phi x \wedge \Psi x)$, pode ser evidente que coisa ele tem em mente satisfaz ' Φx ' e ele pode desejar comunicar aos seus ouvintes que aquela coisa satisfaz ' Ψx '.

⁵² Novamente, não estamos falando do Smith que morreu.

SEGUNDA SITUAÇÃO. Na semana seguinte, Smith está na fila do *check-in* no aeroporto quando um velho “amigo” de escola, Jones, entra na sua frente. Indignado com a atitude de Jones, ele diz (33).

(33) Algumas pessoas não têm educação.

É notável a semelhança dos exemplos acima com os exemplos propostos por Donnellan. Na primeira situação, temos um uso atributivo de “Algumas pessoas”. Na segunda, um uso referencial. Segue-se daí que expressões quantificadas são ambíguas?

Certamente, não. Podemos explicar os dois usos do quantificador existencial de maneira mais simples e mais intuitiva. E tudo o que precisamos já está a nossa disposição.

No zoológico, o que Smith disse e o que ele comunicou coincidiram. Ele disse algo geral e comunicou algo igualmente geral (“Há pessoas que não têm educação”). Não há uma referência do falante, nem uma referência semântica. Finalmente, o que ele disse é verdadeiro se ao menos uma pessoa (qualquer) não tem educação.

No aeroporto, entretanto, não há uma coincidência entre o que Smith disse e o que ele comunicou. Literalmente, Smith disse algo geral (“Há pessoas que não têm educação”), mas, ao proferir (33), ele conseguiu comunicar algo particular (“Jones não tem educação”). Não há uma referência semântica, mas há uma referência do falante, Jones. Por último, como na situação anterior, o que ele disse é verdadeiro se ao menos uma pessoa (qualquer) não tem educação. Contudo, o que ele comunicou pode ser falso se Jones for uma pessoa educada. Imagine que Jones é uma pessoa educada, mas entrou na frente de Smith, digamos, por distração.

Do ponto de vista do que foi dito, isto é, semanticamente, os dois proferimentos de (33) são idênticos e possuem as mesmas condições de verdade. A diferença entre os dois proferimentos, portanto, deve ser explicada em termos pragmáticos. Em particular, deve ser explicada como um caso de implicatura conversacional. Os quadros 3 e 4 resumem o que dissemos acima.

Tabela 3 Referência semântica e do falante ⁵³

	Referência semântica	Referência do falante
UA	[Não há]	[Não há]
UR	[Não há]	Jones

Tabela 4 O que é dito e o que é comunicado ⁵⁴

	O que é dito	O que é comunicado
UA	$(\exists x) (Px \wedge \neg (Ex))$	$(\exists x) (Px \wedge \neg (Ex))$
UR	$(\exists x) (Px \wedge \neg (Ex))$	$\neg (Ej)$

Finalmente, considere os seguintes diálogos.

DIÁLOGO 1:

A: O assassino de Smith é louco.

B: Sim, ele é louco, mas ele não é o assassino de Smith.

DIÁLOGO 2:

A: O assassino de Smith é louco.

B: Não, ele não é louco. A pessoa a quem você está fazendo referência não é o assassino de Smith.

Segundo Kripke ([1977] 1998, p. 246 – 247), a distinção referencial-atributivo pode explicar facilmente o primeiro diálogo. Nele, o pronome é usado para indicar a referência do falante, isto é, para se referir a Jones. No segundo diálogo, entretanto, o pronome “indica” a referência semântica da descrição o que, rigorosamente falando, significa que o pronome não faz referência a alguém.

Kripke alega que a distinção de Donnellan, embora capaz de explicar o primeiro diálogo, não é capaz de explicar o segundo diálogo. Se, no segundo

⁵³ Abreviações: UA: uso atributivo; UR: uso referencial.

⁵⁴ Abreviações: UA: uso atributivo; UR: uso referencial; P: ... é uma pessoa; P: ... é educado; j: Jones; L: ... é louco.

diálogo, “O assassino de Smith é louco” significa “Jones é louco”, como “Não, ele não é louco” pode significar “Não, existe um e só um assassino de Smith e ele não é louco”?

Aparentemente, chegamos a um impasse. Temos duas hipóteses rivais que explicam (ou acomodam) os mesmos fatos lingüísticos. Uma delas explica o uso referencial de descrições como um fenômeno pragmático – um caso particular de referência do falante. A outra explica o uso referencial de descrições como um fenômeno semântico. Para essa hipótese, descrições são ambíguas.

Isso significa que não há qualquer razão para se preferir uma teoria a outra? De acordo com Kripke, não. Segundo ele, há várias considerações metodológicas que favorecem a explicação pragmática do uso referencial de descrições. O relato pragmático é mais simples, é mais geral e, finalmente, é mais conservador.

Grice (1978, p. 118 -119) introduz um princípio chamado de “Navalha de Occam Modificada”. Basicamente, ele é uma versão semântica da máxima medieval segundo a qual é inútil fazer com mais o que se pode fazer com menos (“*frustra ponuntur plura ubi pauciora sufficiunt*”). O princípio estabelece que “[...] *senses are not to be multiplied beyond necessity.*”⁵⁵

Kripke está de acordo com este princípio. Não se deve defender a existência de ambigüidades a não ser que existam fortes motivações teóricas e intuitivas para fazê-lo. Para ele, agir de outra maneira é uma forma de desonestidade filosófica. Ele escreve: “*It’s very much the lazy man’s approach in philosophy to posit ambiguity when in trouble.*”⁵⁶ (KRIPKE, [1977] 1998, p. 243).

A distinção entre usos referencial e atributivo de descrições viola o princípio da Navalha de Occam Modificada. Tudo o que pode ser explicado com a distinção de Donnellan, pode ser explicado sem ela. O uso referencial pode ser sempre explicado, pensa Kripke, em termos de referência do falante. Desse modo, a distinção de Donnellan é “[...] *an idle wheel that does no work: if it were absent, we*

⁵⁵ [...] significados não devem ser multiplicados além do necessário.

⁵⁶ Afirmar a existência de ambigüidades, quando em dificuldade, é típico da uma abordagem preguiçosa em filosofia.

*would be able to express everything we wished to express, in the same way*⁵⁷
(KRIPKE, [1977] 1998, p. 245)

Além disso, há outra razão importante para se considerar a TDR uma teoria mais simples que a de Donnellan. A razão é que a distinção entre referência semântica e referência do falante é necessária *de qualquer modo* para explicar o caso Smith-Jones. Como vimos, o fato de Smith poder ser a referência de alguém que emprega o nome “Jones” não pode ser explicado por meio da distinção entre usos referencial e atributivo e muito menos como um caso envolvendo ambigüidade de nomes.

Outra razão metodológica para se preferir a hipótese pragmática do uso referencial de descrições está relacionada a questões de generalidade. Consoante Kripke, a hipótese pragmática é mais geral, isto é, tem maior poder explicativo do que a hipótese de Donnellan. Além de explicar os mesmos fenômenos que a hipótese de Donnellan, ela é capaz de explicar outros fenômenos semelhantes que a hipótese de Donnellan não é capaz de explicar. Por exemplo, fenômenos envolvendo nomes próprios (o caso Smith-Jones) e expressões quantificadas (“Algumas pessoas não têm educação”).

Simplicidade e generalidade não são as únicas considerações metodológicas que favorecem a hipótese pragmática. Podemos justificar nossa preferência pela hipótese pragmática argumentando que ela se encaixa melhor em nossas expectativas. Esse princípio metodológico é chamado de conservadorismo (*conservativeness*). Lycan apresenta o princípio metodológico do conservadorismo assim:

*[A hypothesis] H1 will be preferred to [a hypothesis] H2 if H1 fits better with what we already believe. (If this sounds dogmatic, notice that, inescapably, we never even consider competing hypotheses that would strike us as grossly implausible; for example, no detective considers the hypothesis that the crime was committed by invisible Venusian invaders.)*⁵⁸ (Theoretical (epistemic) virtues, 1998, p. 341).

⁵⁷ [...] algo completamente desnecessário: se ela não existisse, seríamos capazes de explicar tudo o que desejamos explicar da mesma maneira.

⁵⁸ [Uma hipótese] H1 será preferida a [uma hipótese] H2 se H1 está mais de acordo com aquilo que já acreditamos. (Se isso soa dogmático, note que, inescapavelmente, nem sequer consideramos hipóteses rivais que nos pareceriam grosseiramente implausíveis. Por exemplo, nenhum detetive considera a hipótese de que o crime foi cometido por invasores venezianos invisíveis.)

Como vimos, o primeiro teste apresentado contra a idéia de que descrições são ambíguas estava relacionado a nossas expectativas. O teste pergunta se ficaríamos surpresos em encontrar uma língua na qual a distinção entre usos referencial e atributivo é feita explicitamente. De acordo com Kripke ([1977] 1998, p. 244), a maior parte de nós de fato ficaria surpreso ao encontrar essa língua: “*As far as our main question is concerned, The First of the two tests, that of our intuitive expectation, seems to me overwhelmingly to favor a unitary account of descriptions [...]*”⁵⁹.

Assim, podemos dizer que, à luz do que acreditamos, a hipótese pragmática é mais plausível do que a hipótese de Donnellan e que isso constitui uma razão (metodológica) para preferi-la. O conservadorismo da hipótese pragmática é uma virtude teórica que a hipótese de Donnellan não possui (ou que possui em grau menor).

A TDR é, antes de mais nada, uma teoria sobre o significado (literal) de frases, em inglês, que contêm descrições. De acordo com a teoria, descrições não têm um significado referencial e, portanto, elas não são capazes - *por meio de mecanismos estritamente semânticos* - de fazer referência a pessoas ou objetos particulares.

No melhor caso possível, os exemplos de Donnellan mostram que expressões não-referenciais podem, *por meio de mecanismos pragmáticos* (implicaturas conversacionais, por exemplo), fazer referência a pessoas ou a objetos particulares. Eles *não* mostram que descrições têm um significado referencial. Afirmar que o uso referencial de descrições refuta a TDR é não distinguir fatos semânticos de fatos pragmáticos.

Finalmente, como acabamos de expor, há uma série de considerações metodológicas (simplicidade, generalidade e conservadorismo) que justificam a nossa preferência pela TDR (ou por teorias unitárias em geral) e não pela teoria de Donnellan.

⁵⁹ No que diz respeito à nossa questão principal, o primeiro dos dois testes – o teste das nossas expectativas intuitivas – parece, para mim, favorecer esmagadoramente a teoria unitária das descrições.

2 DESCRIÇÕES INCOMPLETAS

Na primeira parte da dissertação, o uso referencial de descrições definidas foi apresentado como uma dificuldade para a teoria das descrições de Russell. Argumentou-se, seguindo-se Grice e Kripke, que o uso referencial de descrições é um fenômeno pragmático e que, dessa forma, não é uma ameaça para a teoria das descrições de Russell.

No entanto, o uso referencial de descrições não foi a única dificuldade apresentada contra a teoria de Russell. A existência de descrições incompletas também é vista por muitos autores (por exemplo, KRIPKE ([1977] 1998) e OSTERTAG (1998)) como uma séria ameaça à teoria de Russell.

Uma (asserção de uma) descrição definida é completa quando ela se aplica a apenas uma única pessoa ou objeto. Por outro lado, uma (asserção de uma) descrição definida é incompleta quando ela se aplica a mais de uma pessoa ou objeto. Assim, por exemplo, "*the present queen of England*" (a atual rainha da Inglaterra) é uma descrição completa, enquanto que "*the murderer*" (o assassino) e "*the table*" (a mesa) são descrições incompletas. Descrições incompletas não são raras, nem excepcionais. Na verdade, elas são mais comuns do que descrições completas.

Na segunda parte da dissertação, veremos que questões são colocadas pela existência de descrições incompletas e como é possível responder a essas questões.

2.1 Incompletude, eclipse e modalidade: Strawson, Sellars, Wettstein e Salmon

De acordo com a teoria das descrições de Russell, asserções de "*The F is G*" e "Existe apenas um F e ele é G" possuem exatamente as mesmas condições de verdade. Em outras palavras, asserções de "*The F is G*" são (semanticamente) equivalentes a asserções de "Existe apenas um F e ele é G".

Assim, por exemplo, dizer “The King of Spain is bald” é apenas uma forma abreviada de dizer “Existe apenas um rei da Espanha e ele é calvo”.

No entanto, Strawson (1950) percebeu que em muitos casos não é possível manter essa equivalência. Considere o seguinte exemplo. Alguém aponta para uma mesa cheia de livros e diz:

[1] *The table is covered with books.*⁶⁰

Como a teoria das descrições de Russell analisaria a asserção [1]? Ora, de acordo com a teoria das descrições, [1] equivaleria a seguinte asserção:

[2] $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é mesa} \leftrightarrow y = x) \wedge x \text{ está coberta de livros})$

[2'] *Existe apenas uma mesa e ela está coberta de livros.*

O problema com essa resposta é que [2] é obviamente falsa (existem várias mesas e não apenas uma), ao passo que a asserção [1] parece verdadeiro. Isso significa que a teoria das descrições de Russell é falsa?

De acordo com Sellars (1954), exemplos como “*The table is covered with books*” podem facilmente ser assimilados pela teoria das descrições de Russell.

Considere os seguintes diálogos. Os participantes são Jones (J) e Smith (S).

PRIMEIRO DIÁLOGO

J: Sete é divisível por três.

S: Sete não é divisível por três.

J: Sete é.

SEGUNDO DIÁLOGO

J: Sete é divisível por quatro.

⁶⁰ A mesa está coberta de livros

S: Sete não é divisível por quatro.

J: Sete é.

Nos diálogos acima, as asserções “Sete não é divisível por três” e “Sete não é divisível por quatro” são não-elípticas e as proposições que elas expressam não dependem do contexto em que foram proferidas. Todavia, as duas asserções de “Sete é” são elípticas, ou seja, elas são “incompletas” e as proposições que elas expressam dependem do contexto em que foram proferidas.

Sellars sugere que as proposições expressas por asserções *elípticas* sejam entendidas em termos das proposições que seriam expressas por suas correspondentes asserções *não-elípticas*. No primeiro diálogo, a proposição expressa por “Sete é” é a mesma proposição que “Sete é *divisível por três*” expressaria. E, no segundo diálogo, a proposição expressa por “Sete é” é a mesma proposição que “Sete é *divisível por quatro*” expressaria.

Algo similar acontece com a teoria das descrições. Frases que contêm descrições incompletas⁶¹ são elípticas para frases que contêm descrições completas e as proposições que elas expressam, portanto, dependem de sua ocasião de asserção. Assim, dado um certo contexto, “A mesa é grande” expressa a mesma proposição que, por exemplo, “A mesa *na minha frente* é grande”, no mesmo contexto, expressaria.

Portanto, “A mesa é grande” deve ser analisada como:

Existe apenas uma mesa *na minha frente* e ela é grande

$(\exists x)(\forall y)((y \text{ é mesa} \wedge y \text{ está na minha frente} \leftrightarrow y = x) \wedge x \text{ é grande})$

E não como:

Existe apenas uma mesa e ela é grande.

⁶¹ Uma descrição é incompleta se, e somente se, ela denota mais de um objeto (por exemplo, “O assassino”). Por outro lado, uma descrição é completa se, somente se, ela denota exatamente um objeto (por exemplo, “O satélite natural da Terra”).

$$(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é mesa} \leftrightarrow y = x) \wedge x \text{ é grande})$$

Exemplos como “A mesa é grande”, pensa Sellars, não refutam a teoria das descrições. Eles mostram apenas que não é possível avaliar corretamente a teoria das descrições sem levar em conta que a maior parte daquilo que dizemos é formada por asserções elípticas.

Como vimos, Sellars defende que descrições incompletas são elípticas para descrições completas. Para ele, “*A mesa é grande* [...] afirma [*states*] o que seria expresso de forma não-elíptica, por exemplo, por *A mesa na minha frente é grande*” (SELLARS, 1954, p. 200)

Há sérios problemas com essa idéia. Como nota Wettstein (1981), há inúmeras outras descrições completas que o falante poderia ter usado, num contexto C, para denotar a mesa em questão (por exemplo, “a mesa que *está no meu escritório*”, “a mesa que *comprei ano passado*”, etc.).

O problema é que “A mesa *na minha frente* é grande”, “A mesa que *está no meu escritório* é grande” e “A mesa que *comprei ano passado* é grande” expressariam, em C, diferentes proposições. Assim, “A mesa é grande” não poderia ser elíptica para todas elas, pois “A mesa é grande” expressa apenas uma única proposição (seja ela qual for).

Somos forçados a escolher. Qual é, em C, a descrição completa que corresponde a “a mesa”? Ela será “a mesa *na minha frente*”, “a mesa que *está no meu escritório*” ou “a mesa que *comprei ano passado*”?

Como percebido, o contexto não coloca o ouvinte em posição de identificar um determinado complemento. De modo geral, a ocasião de uma asserção é insuficiente para que o ouvinte determine a asserção não-elíptica “correta”.

Poderíamos, no entanto, argumentar que há uma maneira bastante simples de determinar qual é a asserção não-elíptica correta: basta perguntar ao falante qual era a asserção não-elíptica que ele tinha em mente na ocasião da asserção.

Para Wettstein, a estratégia acima não é psicologicamente plausível. Parece incorreto supor que ao proferir “A mesa é grande” o falante sempre tenha em mente algo como “A mesa *na minha frente* é grande”, “A mesa *que está no meu escritório* é grande” ou “A mesa *que comprei ano passado* é grande”.

No entanto, se, mesmo com a ajuda do falante, não somos capazes de identificar a asserção não-elíptica “correta”, faz sentido pensar que há de fato uma determinada asserção não-elíptica “correta” associado a cada (supostas) asserção elíptica contendo descrições incompletas? De acordo com Wettstein, isso não é correto. Não há uma determinada asserção não-elíptica associada a “A mesa é grande” simplesmente porque “A mesa é grande” não é uma asserção elíptica.

Se alguém aponta para uma determinada mesa e diz “A mesa é grande”, que proposição foi expressa? Como vimos, “A mesa é grande” não pode expressar a mesma proposição que “Existe apenas uma mesa e ela é grande”, pois a primeira asserção parece verdadeira, enquanto que a segunda é certamente falsa.

De acordo com Wettstein, o contexto não torna conhecido para o ouvinte um determinado conteúdo proposicional. Ele simplesmente auxilia o ouvinte na identificação do objeto que o falante tem em mente. A ocasião da asserção apenas revela o objeto em questão.

Assim, quando usada referencialmente, uma descrição incompleta funciona (semanticamente) da mesma forma que uma expressão demonstrativa (“ela”, “aquela”, etc.). Em outras palavras, quando o falante aponta para uma determinada mesa e diz “A mesa é grande”, ele expressa a mesma proposição *singular* que alguém que, nas mesmas circunstâncias, dissesse, “Ela é grande”.

Considere o cenário [1]. Jones é louco e, de fato, matou Smith. Alguém aponta para Jones e diz “*The murderer is insane*”⁶². O que o falante disse é verdadeiro? A resposta é sim, pois o indivíduo que o falante demonstrou, Jones, é louco.

⁶² O assassino é louco.

Agora, considere o cenário [2]. Jones é louco, mas inocente e o verdadeiro assassino de Smith não é louco. Alguém aponta para Jones e diz “*The murderer is insane*”. O que o falante disse é verdadeiro? A resposta mais uma vez é sim, pois o indivíduo que o falante demonstrou, Jones, é louco.

Note que nos cenários [1] e [2], as asserções de “*The murderer is insane*” expressam a mesma proposição que a asserção “Ele é louco” (nas mesmas condições) expressaria.

Portanto, dada uma asserção de “*The F is G*” em que a descrição está sendo usada referencialmente, é o objeto demonstrado que entra na proposição e não alguma de suas (supostas) propriedades (WETTSTEIN, 1979, p. 98).

Quando a descrição “The F” está sendo usada referencialmente, “The F” faz referência ao objeto demonstrado pelo falante, mesmo se há mais de um F. Logo, o ouvinte não “captura” inteiramente a proposição expressa por “*The F is G*” a não ser que ele saiba quem (ou o que) está sendo demonstrado pelo falante.

Wettstein, no entanto, pensa que a teoria das descrições não é sequer adequada para lidar com o caso atributivo de descrições. Considere a seguinte situação. Smith foi assassinado por um louco. Um detetive olha para ele (Smith) e diz: “*The murderer is insane*”. O que o detetive disse? De acordo com a teoria das descrições, o detetive expressou a seguinte proposição “Existe apenas um assassino e ele é louco”. O problema com essa resposta é que “*The murderer is insane*” parece verdadeiro, mas “Existe apenas um assassino e ele é louco” é, certamente, falso.

De acordo com Sellars, poderíamos dizer “*The murderer is insane*” é elíptico e deve ser entendido em termos de alguma asserção não-elíptica como, por exemplo, “*The murderer of Smith is insane*”. O problema com essa resposta é há várias formas de completar a descrição, mas (na melhor, das hipóteses) apenas uma delas pode estar correta, já que a asserção expressa uma proposição determinada.

Infelizmente, pelas razões já apresentadas, não podemos, (normalmente) contar com a ocasião da asserção, nem com a ajuda do falante para completar a descrição de uma única maneira. Não podemos apelar para a noção de

referência demonstrativa tampouco, já que na situação descrita o assassino não pode, em princípio, ser apontado.

Por fim, poderíamos tentar explicar a proposição expressa por "*The murderer is insane*" recorrendo à noção de referência semântica de "The murderer". Dessa forma, a proposição expressa por "*The murderer is insane*" dependeria de quem assassinou Smith.

Entretanto, é evidente que a proposição expressa por "*The murderer is insane*" não pode depender de quem seja o assassino, pela simples razão de que é possível entender a proposição expressa pela frase sem que tenhamos a menor idéia de quem assassinou Smith (WETTSTEIN, [1981] 1998, p. 267).

Considere agora a seguinte situação. Próximo ao corpo de Smith, um falante diz "His murderer is insane"⁶³. Nesse caso, pensa Wettstein, podemos estabelecer dois pontos. Primeiro, o contexto sugere quem é o assassino de que estamos falando e, segundo, a expressão "seu assassino" indica que a referência é feita de forma explícita.

Além disso, a mesma indicação pode ser alcançada, embora de forma implícita, pela simples asserção de '*The murderer is insane*' na presença do corpo de Smith (WETTSTEIN, [1981] 1998, p. 268).

Na última parte do seu artigo, Wettstein argumenta que mesmo descrições referenciais *completas* devem ser analisadas em termos de referência demonstrativa.

Imagine que Brown usa a descrição "*the table*" referencialmente e que Jones não é inicialmente capaz de identificar a mesa de que Brown está falando. A fim de ajudá-lo, Brown elabora uma série de descrições cada vez mais minuciosas até que Jones, finalmente, é capaz de identificar a mesa em questão.

Todas as descrições produzidas por Brown eram incompletas, exceto a última. Porém, ele não se dá conta disso. Cada uma delas elas tinha como finalidade ajudar Jones a identificar a mesa em questão. Portanto, do ponto de vista de Brown,

⁶³ Seu assassino é louco (literalmente, "O assassino dele é louco").

todas as descrições eram similares (a não ser, é claro, pelo acréscimo de informações).

Assim, pensa Wettstein, não parece razoável defender que todas as descrições, menos a última, devam ser analisadas demonstrativamente. Para ele, não há nenhuma razão para duvidar de que o que vale para descrições referenciais *incompletas* deve valer também para descrições referenciais *completas* (cf. REIMER, 1998, p. 134) e que, portanto, toda descrição usada referencialmente (completa ou incompleta) funciona semanticamente como uma expressão demonstrativa.

Como vimos, Wettstein defende que a única maneira de explicar como asserções contendo descrições definidas incompletas podem expressar proposições verdadeiras e determinadas é aceitar que elas funcionam (semanticamente) como expressões demonstrativas singulares. Assim, por exemplo, num determinado contexto C, (e. g., apontando para uma certa mesa), “*The table is large*” expressa a mesma proposição singular que “Ela (a mesa em questão) é grande” expressaria em C.

Salmon (1982) discorda de Wettstein. Ele acredita que podemos explicar como tais asserções podem expressar proposições verdadeiras e determinadas sem nos comprometermos com a idéia de que essas expressões funcionam (semanticamente) como expressões demonstrativas singulares.

Inspirando-se em Grice, Salmon diferencia a asserção do falante ao proferir uma frase P e o conteúdo semântico de uma asserção de P. Para ele, o conteúdo semântico de uma asserção de P é a proposição *expressa* por P e a afirmação do falante ao proferir P é a proposição que o falante afirma ao proferir P. Note que a noção de afirmação do falante é pragmática, não semântica.

Por exemplo, perguntas não expressam proposições declarativas. No entanto, é natural pensar que ao proferir uma pergunta retórica (por exemplo, “Macacos gostam de banana?”) o falante é perfeitamente capaz de afirmar uma proposição declarativa (por exemplo, “É claro que sim!”). Outro exemplo (de Salmon) é o seguinte. Quando um adulto diz em brados a uma criança: “Você vai comer o

espinafre e vai gostar!”, ele está expressando uma (provavelmente falsa) proposição declarativa. Embora a proposição que ele esteja afirmando seja naturalmente entendida como uma ordem (por exemplo, “Coma o espinafre sem fazer reclamações!”).

Se uma pessoa aponta para Jones e diz: "*The murderer is insane*", ela pode ter sido capaz de *afirmar* uma proposição singular, mas isso não quer dizer que ela *expressou* uma proposição singular ou que o conteúdo semântico da asserção seja o mesmo que o de “Ele (Jones) é louco”. Seria mais natural, pensa Salmon, dizer que "*The murderer is insane*" expressa uma proposição geral, mas que, nesse caso, o falante também foi capaz de *afirmar* uma proposição singular.

Assim, de acordo com Salmon, Wettstein errou ao não distinguir entre a(s) proposição(ões) expressa(s) por um asserção de F e a(s) proposição(ões) afirmada(s) pela mesma asserção. Nem sempre podemos passar de “Ao proferir ‘P’, x *afirmou* P” para “Ao proferir ‘P’, x *expressou* (como conteúdo semântico de ‘P’) P”. Quando essa passagem é feita de forma indevida, temos o que Salmon chama de “falácia pragmática” (SALMON, 1991).

Em seguida, Salmon sustenta que se aceitarmos que descrições incompletas funcionam (semanticamente) como expressões demonstrativas singulares, somos levados a resultados intuitivamente incorretos. Para ilustrar este ponto, ele apresenta três exemplos envolvendo noções modais (mundos possíveis, necessidade, etc.).

Primeiro exemplo – Se, quando usada referencialmente, a frase "*The murderer is insane*" expressasse a mesma proposição singular que “Ele (Jones) é louco” expressa⁶⁴, então "*The murderer is insane*" expressaria uma proposição verdadeira num mundo possível no qual, por exemplo, Jones existe e é louco, mas não há assassinos. No entanto, nota Salmon, a frase "*The murderer is insane*" não é verdadeira em relação a esse mundo e parece claro que a descrição "*The murderer*" não denota ninguém, nem mesmo Jones, em relação a esse mundo (SALMON, 1982, p. 42-43).

⁶⁴ Num uso demonstrativo, para fazer referência a Jones.

Segundo exemplo – Alguém reconhece Jones e diz: "*Gracious Lord! The murderer is Jones. Jones is the babysitter. The murderer and the babysitter are the same person.*"⁶⁵ Se, como afirma Wettstein, descrições incompletas funcionassem como expressões demonstrativas singulares, então as asserções acima enunciadas expressariam uma mesma proposição necessária ("Ele (Jones) é idêntico a si mesmo") em qualquer mundo possível em que Jones existisse e fosse louco, mesmo que em tais mundos não houvesse assassinos, nem *babysitters*. No entanto, é claro que as frases acima expressam (diferentes) proposições contingentes.

Terceiro exemplo – Suponhamos que uma pessoa apontasse para Jones e dissesse: "*The murderer killed someone*"⁶⁶. Se, como alega Wettstein, "*The murderer killed someone*" expressasse a mesma proposição singular que "Ele (Jones) matou alguém", então as duas asserções expressariam proposições contingentes e *a posteriori*⁶⁷. No entanto, "*The murderer killed someone*" expressa uma "verdade (quase) analítica"⁶⁸ e não uma proposição contingente e *a posteriori*. Logo, "*The murderer killed someone*" não expressa uma proposição singular.

Salmon concede (*contra* Sellars) que há várias ocasiões em que parece um erro pensar que descrições incompletas são elípticas. A cada asserção de uma descrição incompleta "*The F*", não há uma corresponde descrição completa "*The F which is H*" que é dada pelo contexto. Entretanto, o conteúdo descritivo de uma descrição incompleta, por menor que seja, é essencial para o item denotado. Se um determinado indivíduo não é F, a descrição "*The F*" não denota tal indivíduo (se Jones, por exemplo, não é assassino, então a descrição "*The murderer*" não denota Jones).

Como nota Neale ([1990], 1998, p. 346), há um problema ainda mais sério com a crítica de Wettstein. Tudo o que ele afirmou acerca de descrições pode ser estendido *mutatis mutandis* a outros quantificadores ("poucos", "todos", etc.). Isso significa que quantificadores são expressões referenciais?

⁶⁵ Santo Deus! O assassino é Jones. Jones é o *babysitter*. O assassino e o *babysitter* são a mesma pessoa.

⁶⁶ O assassino matou alguém.

⁶⁷ Obviamente, há mundos possíveis nos quais Jones existe, mas não matou ninguém.

⁶⁸ Não parece contraditório dizer "O assassino não matou alguém"?

Vejamos:

Giordano Bruno morreu por suas crenças. *Poucos* morreriam por aquilo que acreditam.

É natural pensar que “poucos” está sendo usada de forma elíptica. Mas elíptica para que? “Poucos *homens*”, “poucos *filósofos*”, “poucos *cientistas*”? Como Wettstein previu, o contexto não é capaz de completar uma expressão incompleta de uma única forma. Entretanto, considerar “poucos” uma expressão referencial parece absurdo.

Wettstein parece acreditar que se uma determinada expressão é incompleta, ela deve ser referencial. Todavia, o que o exame de “Poucos morreriam por aquilo que acreditam” nos mostra é que, em princípio, não podemos inferir referencialidade a partir da incompletude.

Segundo, a análise de Wettstein sobre descrições incompletas usadas atributivamente não se sustenta.

Como vimos, Wettstein defende a idéia de referência demonstrativa desempenha um papel relevante mesmo nos caso em que a descrição está sendo usada atributivamente.

(C₁) Brown aponta para Smith: “*His murderer is insane*”.

(C₂) Brown aponta para Smith: “*The murderer is insane*”.

Para Wettstein, nos dois casos, há referência a Smith. Em (C₁), a referência é feita de forma explícita, por meio do pronome possessivo “seu”. Em (C₂), entretanto, ela é feita de forma implícita.

Há um sério problema com essa sugestão. Como vários filósofos notaram⁶⁹, em relação a C₂, não há diferença entre a proposta de Sellars e a de Wettstein. Em outras palavras, dizer que “*The murderer is insane*” faz referência implícita a Smith é a mesma coisa que dizer que a asserção é elíptica para “O

⁶⁹ Por exemplo, SALMON (1982), SOAMES (1986) e NEALE (1990).

assassino *de b* é louco" (onde "b" faz referência a Smith). Nos dois casos, as asserções expressam a mesma proposição:

$$(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é assassino de } b \leftrightarrow y = x) \wedge x \text{ é louco})$$

Aparentemente, Wettstein está confundindo (talvez identificando) descrições contendo termos referenciais e (supostas) descrições referenciais. É claro que descrições podem conter todo tipo de termo referencial sem que com isso se tornem descrições referenciais. Por exemplo, "O mestre de Platão" contém o nome próprio "Platão", mas isso não significa que a descrição "O mestre de Platão" seja referencial. Descrições podem até mesmo conter expressões indexicais sem que se tornem referenciais, isto é, sem que deixem ser russellianas (por exemplo, "O meu mestre").

E se descrições podem conter explicitamente elementos referenciais, é natural pensar que elas possam contê-los implicitamente (i.e., de forma elíptica).

Portanto, incompletude não é um fenômeno exclusivo, ou característico, de descrições e o fato de descrições definidas poderem ser usadas de forma incompleta não constitui um argumento em favor da sua interpretação referencial.

Schiffer (1995) apresenta o seguinte dilema para o defensor da teoria das descrições de Russell. Não é possível defender, ao mesmo tempo, que expressões demonstrativas são referenciais e que descrições (usadas referencialmente) não o são. Ou ambas são diretamente referenciais ou nenhuma delas o é.

Considere as seguintes situações.

PRIMEIRA SITUAÇÃO.

Imagine que Brown aguarda a palestra do famoso filósofo Ferdinand Pergola. Pergola entra cambaleando. Brown afirma:

[3] *"He is drunk."*⁷⁰

SEGUNDA SITUAÇÃO.

Essa difere da primeira em apenas um aspecto. Brown afirma:

[4] *"The guy is drunk"*.⁷¹

Como vimos, não podemos simplesmente dizer que [4] é uma asserção elíptica que expressa a mesma proposição que *"The guy who wrote Smells and Tickles is drunk"*⁷², pois, de modo geral, o ouvinte não está em condições de identificar a descrição *"The guy who wrote Smells and Tickles"* entre todas as outras descrições possíveis (por exemplo, *"The guy in front of us wearing pink pants and a yellow necktie"*⁷³, etc.)

Não é necessário, todavia, admitir que a asserção *"The guy is drunk"* seja elíptica em relação a uma única outra asserção. [4] pode ser elíptica para uma ou mais asserções e, dessa forma, expressar (indeterminadamente) uma ou mais proposições: *"The guy who wrote Smells and Tickles is drunk"* ou *"The guy in front of us wearing pink pants and a yellow necktie is drunk"*, ou..., etc.

Porém, observa Schiffer, se admitirmos que [4] é uma asserção elíptica, então teremos que admitir que [3] também é elíptica, pois nas duas situações estão presentes as mesmas intenções comunicativas e, sem dúvida, aquilo que o falante expressou nas duas ocasiões resultou de suas intenções comunicativas em cada ocasião.

O problema, ressalta Schiffer, é que a maior parte dos filósofos aceita que expressões demonstrativas simples são diretamente referenciais e que "[...] *this is something they would give up only as a last resort*"⁷⁴ (SCHIFFER, 1995, p.124). Assim, se tivermos que escolher entre a teoria das descrições de Russell e a

⁷⁰ Ele está bêbado.

⁷¹ O sujeito está bêbado

⁷² O sujeito que escreveu *Smells and Tickles*

⁷³ O sujeito na nossa frente vestindo calças cor-de-rosa e uma gravata amarela

⁷⁴ [...] isto é algo do qual eles abririam mão apenas em último caso.

concepção referencial de indexicais, devemos, pensa Schiffer, preferir a última à primeira.

Para Schiffer, uma asserção de "*the guy*" não é elíptica para "*the guy who wrote Smells and Tickles*", nem para outra descrição que o falante e o ouvinte associam a Pergola. Sem dúvida, posso acreditar que Pergola é o autor de *Smells and Tickles* e que ele é o único sujeito na nossa frente vestindo calças cor-de-rosa e uma gravata amarela. Entretanto, não devemos confundir os diversos estados psicológicos do falante ao proferir [3] com aquilo que o falante queria dizer ao proferir [3]. Aquilo que o falante quer dizer não resulta de suas crenças ao proferir [3], mas de suas intenções comunicativas. Os pressupostos psicológicos que acompanham uma asserção não fazem parte daquilo que expressamos ao proferi-lo.

Portanto, conclui Schiffer, a teoria das descrições russelliana é falsa. Ela não é capaz de acomodar o uso referencial de descrições. Isso significa que devemos aceitar alguma forma da distinção entre uso referencial e atributivo de descrições? Não, necessariamente. De forma breve, Schiffer nos lembra que mesmo quando restrita aos usos atributivos, é perfeitamente possível que a teoria das descrições de Russell se mostre falsa também.

2.2 O argumento da regularidade: Devitt e Reimer

Em uma série de artigos, Devitt (1997a, 1997b, 2004) e Reimer (1998c) defenderam que descrições são usadas *regularmente* de forma referencial e que, portanto, são apreendidas imediatamente (sem nenhum tipo de inferência ou de derivação pragmática). Essa regularidade é uma forte indicação de que, associado ao uso referencial de descrições, também há um *significado* referencial e que esse significado é tão convencional quanto o significado atributivo.

A situação é bastante diferente em relação aos demais quantificadores (p.ex., "todo" e "algum"). Não há nenhuma regularidade em usá-los para expressar pensamentos singulares. É verdade que, em casos excepcionais, quantificadores podem ser usados para exprimir pensamentos particulares. Posso dizer "Algumas pessoas não têm educação" para expressar o pensamento singular que a pessoa na

minha frente, por exemplo, Jones, não tem educação. O problema, nota Devitt, é que, em casos excepcionais, praticamente qualquer expressão pode ser usada para expressar qualquer pensamento.

Como vimos, a estratégia de Kripke ([1979] 1998) e de Neale (1990) era defender que asserções de "The murderer of Smith"⁷⁵ expressam sempre uma mesma proposição geral, mas que tais asserções podem, em algumas circunstâncias, ser usadas para implicar⁷⁶ conversacionalmente uma proposição singular. Não há, portanto, nenhuma duplicidade de significado associada à descrição. Além disso, se um determinado fenômeno pode ser explicado pragmaticamente, não há nenhuma razão para considerá-lo como semântico.

Devitt e Reimer, entretanto, pensam que há algo de fundamentalmente errado com essa abordagem. A fim de mostrar que descrições não têm significados referenciais, não basta mostrar que os usos referenciais *podem* ser explicados pragmaticamente. É preciso mostrar que eles *devem* ser explicados pragmaticamente. E isso é algo que nem Kripke, nem Neale fizeram.

Considere o seguinte exemplo (GRICE, 1975).

Jones:

[5] "*Jane, you are the cream in my coffee.*"⁷⁷

Em [5] temos um uso metafórico da linguagem. Metáforas, de acordo com Grice, são casos em que o falante comunica algo por meio de implicaturas conversacionais particulares. Em especial, metáforas são casos de implicaturas conversacionais particulares em que a primeira máxima da qualidade ("Não diga aquilo que você acredita ser falso") é violada.

Vejamos como Grice explica [5]. É óbvio para o falante e para Jane que aquele disse algo em não acredita (e ele sabe que ela sabe que ele sabe). Então, a não ser que o falante não quisesse dizer coisa alguma, ele deve estar querendo

⁷⁵ O assassino de Smith.

⁷⁶ O verbo "implicar" é um neologismo. Ele corresponde ao verbo "*to implicate*" de Grice (cf. GRICE, 1975).

⁷⁷ Literalmente, "Jane, você é o creme no meu café".

comunicar algo. Entretanto, o que ele quer comunicar deve ter alguma relação com o que ele disse. A melhor hipótese é que ele esteja querendo dizer que Jane tem alguma característica semelhante à da substância mencionada pelo falante.

Expressões como "*be the cream in someone's coffee*" e "*kick the bucket*"⁷⁸ fazem parte daquilo que chamaríamos de linguagem figurada. Entretanto, há uma diferença importante entre elas. "*kick the bucket*" é uma metáfora consagrada (*dead metaphor*) ou, simplesmente, uma expressão idiomática. "*Be the cream in someone's coffee*", não. Isso significa que, quando o falante diz "*Jones kicked the bucket*" o ouvinte pode, em princípio, apreender imediatamente o que o falante quis dizer, mas quando ele ouve "*Jane, you are the cream in my coffee*" ele precisa inferir o que o falante quer dizer. O significado de uma metáfora consagrada pode ser encontrado em um dicionário, o "significado" de uma metáfora viva, não.

Com o tempo, metáforas "vivas" tornam-se metáforas consagradas. É muito provável que "*kick the bucket*" tenha sido uma metáfora viva algum dia. Entretanto, se aceitamos o tipo de explicação dado por Kripke e Neale, então temos um resultado curioso: não é possível que uma metáfora venha a consagrar-se algum dia.

Considere o seguinte argumento. Atualmente, o verbo inglês "to incense" tem dois significados convencionais (dois significados que podem ser encontrados num dicionário): 1) perfumar com incenso e 2) exasperar, encolerizar. Provavelmente, o segundo significado foi, em algum momento, metafórico. Com o passar do tempo, todavia, esse significado tornou-se convencional. O verbo "to incense", quando usada para significar exasperar, encolerizar é uma metáfora consagrada.

Imagine alguém que defende que não há metáforas consagradas em inglês. Para ele, "to incense" possui apenas um único significado literal, perfumar com incenso. É verdade que "to incense" pode ser usado para "significar" exasperar, encolerizar, mas esse "significado" é apenas metafórico. Ele pode ser derivado pragmaticamente a partir do significado literal de "to incense".

⁷⁸ "*Kick the bucket*" é uma expressão idiomática do inglês que significa morrer. Literalmente, significa chutar o balde.

Para defender a sua posição, ele poderia propor um teste similar ao proposto por Kripke ([1979] 1998). Imagine uma língua tão parecida com o inglês quanto possível, exceto por um ponto: não há metáforas consagradas. Será que os falantes dessa língua poderiam entender [6] da mesma forma que um falante da língua inglesa entenderia?

[6] *The lawyer incensed Jones by making insulting remarks*⁷⁹.

Aparentemente, os falantes desse inglês hipotético poderiam inferir (via mecanismos pragmáticos) que o advogado, com seus comentários, enfureceu Jones. Ninguém pensaria que ele perfumou Jones com incenso. Ora, de acordo com a navalha de Occam modificada, não devemos multiplicar os significados desnecessariamente. Logo, se podemos explicar pragmaticamente o uso da palavra "*to incense*" para "significar" enfurecer, não devemos postular um significado adicional a ela.

O problema é que há metáforas consagradas em inglês. "*Kick the bucket*" e "*bite the bullet*"⁸⁰ são apenas alguns exemplos. Portanto, algo deve estar errado com esse teste. Mas o quê?

Um dos problemas, nota Reimer, é que tudo que o teste prova é que podemos explicar pragmaticamente o uso de "*to incense*" para "significar" exasperar. Ele não diz que devemos explicar o uso em questão pragmaticamente. Entretanto, um bom teste não deveria dizer como poderíamos explicar o fenômeno em questão, mas como deveríamos fazê-lo.

Além disso, o exemplo ignora o fato de que "*to incense*" é regularmente usado para significar enfurecer. Essa regularidade, pensa Reimer, é importante, pois ela é um forte indício de que enfurecer faz parte do significado convencional de "*to incense*". Os dois significados de "*to incense*" são apreendidos pelos falantes sem qualquer tipo de inferência.

Basicamente, o que foi dito para o caso do verbo "*to incense*", pensa Reimer, vale para o artigo definido. Kripke e Neale mostraram apenas que o uso

⁷⁹ O advogado enfureceu (*incensed*) Jones com seus comentários ofensivos.

⁸⁰ Forçar-se a realizar uma tarefa difícil e desagradável (literalmente, "morder a bala").

referencial de descrições poderia ser explicado pragmaticamente. Eles não mostram que há boas razões para fazer isso (exceto razões ligadas à economia teórica). Por outro lado, eles simplesmente ignoraram o fato de que descrições são usadas regularmente para expressar proposições singulares e que isso é uma evidência de que o uso referencial é acompanhado de um significado referencial. Portanto, concluem Devitt e Reimer, descrições definidas são ambíguas. Elas têm dois significados convencionais da mesma forma que o verbo "*to incense*" tem.

2.3 Respostas ao argumento da regularidade: Bach e Neale

Bach (2004) aponta vários problemas associados ao argumento da regularidade. Considere os seguintes exemplos.

[7] *It is worse to go to the hospital and get sick than to get sick and go to hospital*⁸¹.

[8] *I don't believe astrology is bogus, I know it is.*⁸²

Em [7], a conjunção "*and*" está sendo usada de duas maneiras diferentes. A primeira ocorrência da conjunção indica uma relação causal ("ir ao hospital e – *por causa disso* - adoecer") enquanto que a segunda ocorrência indica uma relação temporal ("adoecer e – *depois disso* – ir ao hospital").

Em [6], há uma indicação de que é possível não acreditar que P (isto é, não acreditar que astrologia é tapeação) e mesmo assim saber que P (i.e., saber que astrologia é tapeação). Não obstante, a maior parte dos epistemólogos defende a tese que é impossível saber P sem acreditar em P.

Não há dúvida de que esses usos são regulares e de eles podem facilmente ser explicados em termos pragmáticos. Não há dúvida também de que pareceria uma tolice atribuir significados diferentes a cada um dos diferentes usos exemplificados acima. Entretanto, essa seria uma consequência natural da aceitação do argumento da convenção de Devitt.

⁸¹ É pior ir ao hospital e ficar doente do que ficar doente e ir ao hospital.

⁸² Eu não acredito que a astrologia é uma tapeação. Eu sei disso.

De acordo com Bach, Devitt não distinguiu entre convencionalização e padronização/regularidade pragmática. O mero fato de uma expressão ser usada de forma regular para expressar um determinado tipo de proposição não implica que faz parte do seu significado convencional expressar tais tipos de proposição. Regularidades pragmáticas não devem, portanto, ser confundidas com convenções, isto é, com regularidades semânticas.

Um outro problema apontado por Bach é o seguinte. Uma característica de expressões ambíguas é que alguém pode, ao mesmo tempo, conhecer algum (ou alguns) de seus significados e desconhecer outro (ou outros). Por exemplo, alguém pode saber que "cão" significa cachorro e não saber que significa uma parte da espingarda (ou o contrário).

Vamos supor que descrições sejam ambíguas. Será que é realmente possível que alguém conheça um dos seus significados (digamos, o referencial) e desconheça o outro (o atributivo)? Por exemplo, é possível que alguém saiba que, quando usada referencialmente, a descrição "*the murderer of Smith*" pode fazer referência a Jones, mas não saber que, quando usada atributivamente, ela denota quem quer que tenha assassinado Smith? Isso não parece possível.

Assim, se descrições fossem realmente ambíguas, sua ambigüidade seria de tipo muito especial, pois não seria possível conhecer o seu significado referencial sem conhecer também o significado atributivo. Entretanto, é pouco provável que exista tal tipo de ambigüidade.

Como vimos, descrições incompletas⁸³ são problemáticas para a teoria das descrições de Russell porque, à primeira vista, elas parecem claramente contradizer a teoria.

De acordo com Russell, não há nenhuma diferença semântica entre uma asserção de "*The F is G*" e uma asserção de " $(\exists x) (\forall y) ((Fy \leftrightarrow x = y) \wedge Gx)$ ". Ou

⁸³ Uma (asserção de uma) descrição definida é completa quando ela se aplica a apenas uma única pessoa ou objeto. Por outro lado, uma (asserção de uma) descrição definida é incompleta quando ela se aplica a mais de uma pessoa ou objeto. Assim, por exemplo, "*the present queen of England*" (a atual rainha da Inglaterra) é uma descrição completa, enquanto que "*the murderer*" (o assassino) e "*the table*" (a mesa) são descrições incompletas.

seja, qualquer asserção de "*The F is G*" tem as mesmas condições de verdade que uma asserção de " $(\exists x) (\forall y) ((Fy \leftrightarrow x = y) \wedge Gx)$ ".

No caso de descrições completas, a equivalência funciona muito bem. Por exemplo, de acordo com a teoria das descrições de Russell uma asserção de "*The present queen of England is wise*"⁸⁴ seria equivalente a uma asserção de " $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é atual rainha da Inglaterra} \leftrightarrow x = y) \wedge x \text{ é sábio})$ ". Isso parece correto. De fato, as duas asserções serão verdadeiras se, e somente se, há pelo menos uma rainha da Inglaterra e se não houver mais de uma rainha da Inglaterra e se essa única rainha da Inglaterra for sábia.

No caso de descrições incompletas, entretanto, a equivalência não é tão evidente. Imagine que Howard aponta para a única mesa da sua casa e diz: "*The table is large*"⁸⁵. Intuitivamente, se a mesa em questão é grande, então Howard disse algo verdadeiro. Todavia, como a teoria (ingênua) das descrições de Russell analisaria a asserção de Howard? Ela diria que a asserção de "*The table is large*" equivale a uma asserção de " $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é mesa} \leftrightarrow x = y) \wedge x \text{ é grande})$ ", isto é, equivale a uma asserção de "Existe pelo menos uma mesa e *não existe mais de uma mesa* e essa mesa é grande".

Sem dúvida, há mais de uma mesa (no mundo), portanto " $(\exists x) (\forall y) ((\text{mesa}(y) \leftrightarrow x = y) \wedge \text{grande}(x))$ " seria uma asserção (literalmente) falsa. O problema é que a asserção nos parece (intuitivamente) verdadeira.

Em Neale (2004), o autor aceita o argumento da regularidade de Devitt e reconhece que subestimou o problema das descrições incompletas. O fato de descrições definidas serem usadas regularmente para expressar pensamentos singulares indica que há algo de convencional, isto é, semântico no uso referencial de descrições. Não é correto, portanto, explicar o uso referencial de descrições apenas como um caso de implicatura conversacional particularizada.

Entretanto, Neale acredita ser possível oferecer um tratamento unitário (russelliano) de descrições. No lugar da explicação pragmática do uso referencial,

⁸⁴ A atual rainha da Inglaterra é sábia.

⁸⁵ A mesa é grande.

Neale propõe uma síntese entre a teoria russelliana e a teoria da ambigüidade. Essa síntese incluiria o que há de correto nas duas teorias (russelliana e ambigüidade) e excluiria o que há de errado nelas.

De acordo com a síntese proposta por Neale, descrições definidas usadas do modo referencial expressam um tipo especial de proposição geral. Assim, se "*The F*" é uma descrição incompleta usada referencialmente para denotar α , então uma asserção de "*The F is G*" é elíptica em relação a "*The F identical to α is G*".

Em outras palavras, "*The F is G*" seria semanticamente equivalente à seguinte descrição gödeliana⁸⁶ [7].

$$[9] \quad (\exists x) (Fx \wedge (\forall y) (Fy \rightarrow y = x) \wedge (x = \alpha) \wedge Gx))$$

Ou de forma ligeiramente abreviada:

$$[9'] \quad (\exists x) (\forall y) ((Fy \leftrightarrow y = x) \wedge (x = \alpha) \wedge Gx))$$

Note que o problema colocado pelas descrições incompletas não surge no caso de descrições gödelianas, pois descrições gödelianas jamais são incompletas.

Considere a asserção [10]. Imagine que a descrição incompleta "the murderer" está sendo usada referencialmente para denotar Jones.

$$[10] \quad \textit{The murderer is insane.}$$

De acordo com a síntese proposta por Neale, a asserção [10] é elíptica em relação a asserção [10']

$$[10'] \quad \textit{The murderer identical to Jones is insane.}^{87}$$

A asserção [10'] corresponde à seguinte asserção [10''] no cálculo dos predicados com identidade:

⁸⁶ Chamo de gödeliana uma descrição da seguinte forma $(\exists x) (\Phi x \wedge (\forall y) (\Phi y \rightarrow y = x) \wedge (x = \alpha) \wedge \Psi x))$.

⁸⁷ O assassino idêntico a Jones é louco.

(8'') $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é assassino} \leftrightarrow y = x) \wedge (x = \text{Jones}) \wedge x \text{ é louco})$

Quais são as vantagens da síntese em relação à explicação pragmática do uso referencial e em relação à teoria da ambigüidade? Em primeiro lugar, a síntese é superior a teoria pragmática porque permite explicar a regularidade do uso referencial para exprimir pensamentos (parcialmente) singulares, isto é, pensamentos sobre um determinado indivíduo, sem abrir mão do caráter quantificacional das descrições. De fato, concede Neale, a asserção [10] expressa uma proposição (parcialmente) singular sobre Jones.

Em segundo lugar, ela evita algumas dificuldades da teoria da ambigüidade. Considere o seguinte exemplo.

[11] Ele (Jones) é louco.

De acordo com a teoria da ambigüidade, um uso referencial de [10] seria (semanticamente) equivalente a uma asserção de [11], pois a única contribuição da descrição para a proposição expressa em [11] seria o indivíduo que a descrição designa, a saber, Jones. Assim, [10] seria verdadeira se Jones fosse louco, pouco importando se ele é um assassino ou não.

Isso parece errado. Quando aponto para Jones e digo "*The murderer is insane*" também estou me comprometendo com a idéia de que Jones é um assassino. Assim, a síntese é capaz de explicar como alguém pode, ao mesmo tempo, expressar uma proposição singular sobre Jones e se comprometer com a idéia de que ele é um assassino.

Finalmente, a síntese permite lidar com o dilema apresentado por Schiffer (SCHIFFER, 1995). De acordo com o filósofo, não há diferença entre as intenções comunicativas de [1] e de [2]. Assim, ou as duas asserções expressam proposições gerais (russellianas) ou as duas expressam proposições singulares.

[3] *He is drunk.*

[4] *The guy is drunk.*

Para Neale, "he" e "the guy" equivalem à mesma descrição gödeliana e, dessa forma, expressam a mesma proposição que [12].

[12] $(\exists x) ((\forall y) (y \text{ é homem} \leftrightarrow y = x \wedge (x = \text{Pergola}) \wedge x \text{ está bêbado}))$

Portanto, pensa Neale, há boas razões para se pensar que descrições usadas referencialmente são ao mesmo tempo referenciais e quantificacionais. Num certo sentido, diz Neale, todos estavam certos e todos estavam errados: "[...] *the central debate in this area is the product of a powerful illusion*"⁸⁸ (NEALE, 2004, p. 106).

2.4 Descrições indefinidas como básicas: Szabó, Ludlow e Segal

A teoria de Szabó é muito simples. Ele defende que asserções de "An F is G"⁸⁹ e de "The F is G" possuem as mesmas condições de verdade que asserções de $(\exists x) (Fx \wedge Gx)$. Assim, "An F is G" é verdadeira se, e somente se, pelo menos um F é G e "The F is G" é verdadeira se, e somente se, pelo menos um F é G. Em outras palavras, Szabó aceita a análise que Russell faz das descrições indefinidas, mas recusa a sua análise das descrições definidas.

Antes de irmos adiante, é preciso esclarecer o seguinte ponto. Szabó não nega que (freqüentemente) haja uma "implicação"⁹⁰ de unicidade associada ao uso do artigo definido. O que ele nega é que essa implicação seja de natureza semântica e que, portanto, se reflita nas condições de verdade de uma asserção.

Considere as seguintes asserções.

[13] Brown is poor and honest.⁹¹

[14] Brown is poor but honest⁹².

⁸⁸ O debate central nessa área é o produto de uma poderosa ilusão

⁸⁹ Um F é G.

⁹⁰ O termo está sendo usado de forma neutra (nem semântica, nem pragmática).

⁹¹ Brown é pobre e honesto.

⁹² Brown é pobre, mas honesto.

Não há dúvida de que há importantes diferenças entre [13] e [14]. Entretanto, depois de Frege e, principalmente, de Grice, poucos diriam que as diferenças entre elas se refletem nas condições de verdade das asserções.

As asserções [13] e [14] têm as mesmas condições de verdade que uma asserção de "poor (Brown) \square honest (Brown)". A diferença entre elas é que em [14] é *sugerido* (não afirmado) que há algo de incomum em ser, ao mesmo tempo, pobre e honesto. Essa sugestão não está presente em [13].

Szabó está propondo algo similar. Quando uma pessoa diz "The computer doesn't work"⁹³, a proposição que a asserção expressa, pensa Szabó, é verdadeira se, num determinado contexto, *pelo menos um* computador não funciona. Embora, ela possa estar sugerindo que num determinado contexto, haja apenas um computador.

Mesmo que a teoria de Szabó não seja evidentemente falsa, por que razão alguém deveria preferir a teoria dele à de Russell? De acordo com Szabó, a principal vantagem de sua teoria é que ela permite tratar de forma simétrica casos envolvendo unicidade e não-unicidade de descrições.

Considere os seguintes exemplos.

[15] Whitehead is the author of *Principia Mathematica*.⁹⁴

[16] Whitehead is an author of *Process and Reality*.⁹⁵

De acordo com a teoria das descrições de Russell, [15] e [16] receberiam as seguintes análises.

[15'] $(\exists x) (\forall y) ((y \text{ é autor de } \textit{Principia Mathematica} \leftrightarrow y = x) \wedge x = \text{Whitehead})$

[16'] $(\exists x) (x \text{ é autor de } \textit{Process and Reality} \wedge x = \text{Whitehead})$

⁹³ O computador não funciona.

⁹⁴ Whitehead é o autor de *Principia Mathematica*.

⁹⁵ Whitehead é um autor de *Process and Reality*.

Assim, para Russell, [15'] é falsa e [16'] é verdadeira. A primeira é falsa porque há mais de um autor dos *Principia Mathematica* e a segunda é verdadeira (mas enganadora) porque há pelo menos um autor de *Progress and Reality*.

O problema aqui, pensa Szabó, é que a teoria das descrições de Russell trata de forma distinta casos que deveriam ser tratados de forma similar. Sem dúvida, as asserções de [15] e de [16] são irregulares. Entretanto, elas são irregulares de forma muito parecida. [15] sugere, pensa Szabó, que há apenas um autor dos *Principia Mathematica* (quando de fato há dois autores) e [16] sugere que há mais de um autor de *Progress and Reality* (quando de fato há apenas um autor).

Dessa forma, pensa Szabó, [15] e [16] deveriam ser analisadas do mesmo modo. A saber:

[15''] $(\exists x) (x \text{ é autor de } \textit{Principia Mathematica} \wedge x = \text{Whitehead})$

[16''] $(\exists x) (x \text{ é autor de } \textit{Process and Reality} \wedge x = \text{Whitehead})$

Assim, [15] e [16] expressam verdades literais. [15] afirma que há pelo menos um autor dos *Principia* e [16], que há pelo menos um autor de *Process and Reality*. Entretanto, nas duas asserções, há uma divergência entre aquilo que é dito e aquilo que é sugerido. [15] sugere que há exatamente um autor dos *Principia* e [16] que há mais de um autor de *Process and Reality*.

O seguinte quadro resume o que foi dito até então

Tabela 5 Aquilo que é dito literalmente e (pragmaticamente) sugerido

	Aquilo que é dito literalmente	Aquilo que é (pragmaticamente) sugerido
An F is G	Há <i>pelo menos um</i> F que é G.	Há <i>mais de um</i> F que é G.
<i>The F is G</i>	Há <i>pelo menos um</i> F que é G.	Há <i>apenas um</i> F que é G.

Para Szabó, se quisermos tratar de forma simétrica casos envolvendo unicidade e não-unicidade de descrições, não podemos aceitar a teoria das descrições indefinidas de Russell, bem como a sua teoria das descrições definidas. Entretanto, há poucas razões para se duvidar da teoria da descrições indefinidas de

Russell, mas muitas razões para se duvidar da sua teoria das descrições definidas. Logo, devemos abandonar a teoria das descrições definidas e manter apenas a teoria das descrições indefinidas.

Assim, conclui Szabó, a unicidade associada ao uso "*The F*" e a não-unicidade associada ao uso de "a F" são fenômenos pragmáticos (não semânticos). Não há uma diferença entre os valores de verdade de "*The F is G*" e "*An F is G*". Ambos significam apenas "Existe pelo menos um F que é G".

A teoria de Szabó também apresenta dificuldades. Em primeiro lugar, há casos onde (aparentemente) é aceitável dizer "*An F is G*", mas não é aceitável dizer "*The F is G*". Se "*The F*" e "*An F*" significassem o mesmo, como isso seria possível?

Considere os seguintes exemplos.

[17] *There is a hole in the bucket.*⁹⁶

[18] *There is the hole in the bucket.*⁹⁷

À primeira vista, há algo de errado com [18] enquanto que [17] parece estar perfeitamente em ordem. O crítico poderia argumentar que construções do tipo "There is ..." podem ser completadas por um substantivo antecedido de um artigo indefinido, mas não por um substantivo antecedido por um artigo definido. Isso, defenderia o crítico, é uma evidência de que a unicidade associada ao artigo definido é semântica e é ela que torna a asserção [18] tão estranha.

Há dois problemas com essa objeção. Primeiro, se a diferença entre [17] e [18] fosse puramente semântica (ligada a suposta unicidade do artigo), como é que a construção [19] seria não apenas possível, mas perfeitamente aceitável?

[19] *There is exactly one hole in the bucket.*⁹⁸

⁹⁶ Há um buraco no balde.

⁹⁷ Há o buraco no balde.

⁹⁸ Há exatamente um buraco no balde.

Segundo, embora [17] pareça estranha à primeira vista, há casos onde ela seria perfeitamente aceitável. Considere o seguinte diálogo.

A: Is there something else to be fixed?

B: Well, there is the hole in the bucket.⁹⁹

Dessa forma, pensa Szabó, não há dúvida de que, em pelo menos em alguns casos, a explicação em questão deve ser pragmática. Portanto, não há nada que nos impeça de explicar a diferença entre [17] e [18] em termos pragmáticos.

Uma objeção mais séria, entretanto, vem de ABBOTT (2003). Ela observa que há importantes diferenças entre "The F" e "an F" que não podem ser explicadas em termos puramente pragmáticos.

Considere os seguintes exemplos.

[20] Russell is the author of *Principia Mathematica*, in fact, there were two.¹⁰⁰

[21] Russell is an author of *Principles of Mathematics*, in fact the only one.¹⁰¹

Note que, em [21], é possível cancelar a implicação de não-unicidade do artigo indefinido sem qualquer contradição. A situação é diferente no caso do artigo definido. Em [20], a tentativa de cancelamento do artigo gera uma frase contraditória. Ora, se a única diferença entre "the author" e "an author" fosse pragmática, como isso seria possível?

Para Abbott, a resposta é simples: isso não seria possível. Em geral, "The F" e "an F" não significam a mesma coisa. Há uma distinção semântica entre eles. Dessa forma, conclui Abbott, a implicação de unicidade do artigo definido é semântica, enquanto que a implicação de não-unicidade do artigo indefinido é pragmática.

⁹⁹ Ainda há algo que precisa ser consertado? Bem, há o buraco no balde.

¹⁰⁰ Russell é o autor de *Principia Mathematica* e, na verdade, haviam dois.

¹⁰¹ Russell é um autor de *Principles of Mathematics*; na verdade, o único.

Como é então derivada a implicação de unicidade do artigo indefinido? De forma muito simples. Quando o falante usa "*an F*" ao invés de "*The F*", ele transmite ao ouvinte a idéia de que há mais de um F e, dessa forma, que o uso de "*The F*" não seria conveniente.

Ludlow e Segal (2004)

LUDLOW e SEGAL (2004), retomaram algumas das idéias de Szabó. Para eles, não há diferença entre as condições de verdade de asserções envolvendo o uso do artigo definido e de asserções envolvendo o uso do artigo indefinido. Dessa forma, "*An F is G*" e "*The F is G*" têm significados diferentes, mas têm as mesmas condições de verdade que "Existe pelo menos um x que é F e que é G", ou seja, que $(\exists x) (Fx \wedge Gx)$.

Como vimos, a idéia inicialmente parece muito estranha. Entretanto, é bastante fácil apresentar argumentos que vão ao seu encontro. Por exemplo, há vários casos em que a descrição "*The F*" é usada sem qualquer implicação de unicidade.

Considere os seguintes exemplos.

(a) *John went to the hospital.*¹⁰²

(b) *John was hit in the arm.*¹⁰³

(c) *The kitchen wall was broken.*¹⁰⁴

(d) *I found it at the bank of a river.*¹⁰⁵

Em nenhum dos exemplos acima, há qualquer implicação de unicidade. Em (a), não existe a implicação de que há apenas um hospital. Em (b), não existe a implicação de que John tem apenas um braço. Em (c), não existe a implicação de

¹⁰² John foi ao hospital.

¹⁰³ John foi golpeado no braço.

¹⁰⁴ A parede da cozinha estava quebrada.

¹⁰⁵ Encontrei-o na margem de um rio.

que há apenas uma parede na cozinha. E em (d), não existe implicação de que há apenas uma margem do rio.

Mesmo assim, nenhum dos exemplos parece estranho ou incomum. Pelo contrário, todos eles representam o modo como o artigo definido é frequentemente utilizado no dia-a-dia: sem qualquer implicação de unicidade.

O principal argumento empregado por Ludlow e Segal para defender o tratamento unitário de descrições definidas e indefinidas é bem conhecido.

Como vimos, KRIPKE ([1979] 1998) defende que não há uma diferença semântica entre os usos referencial e atributivo de descrições definidas. Em ambos os casos, uma asserção "*The F is G*" expressa a mesma proposição geral que "Existe pelo menos um F e não existe mais de um F e todo F é G". Entretanto, no uso referencial, o falante também comunica uma proposição singular ao proferir "*The F is G*". Não precisamos postular ambigüidade de descrições, pois o uso referencial pode ser explicado como um fenômeno pragmático.

A situação é muito parecida no que diz respeito a descrições definidas e descrições indefinidas. Não precisamos postular condições de verdade diferentes para "*The F is G*" e "*An F is G*". Ambas tem as mesmas condições de verdade: $(\exists x)(Fx \wedge Gx)$. Dessa forma, a unicidade associada a descrições definidas deverá ser explicada em termos pragmáticos.

Assim, pensam Ludlow e Segal, "*The F*" e "*an F*" representam diferentes grafias (ou pronúncias) da mesma palavra. A relação que existe entre descrições definidas e indefinidas é a mesma que existe entre, por exemplo, "grey", "gray" e "grizzled" ou entre "grisly", "gruesome" e "grewsome."

Da mesma forma que Szabó, Ludlow e Segal não negam que haja importantes diferenças entre "*The F*" e "*an F*". O que eles negam é que essas diferenças sejam diferenças semânticas. Seguindo GRICE (1975) e SZABÓ (2000), eles argumentam que a situação de "*The F*" e "*an F*" é similar à situação de "and" e

¹⁰⁶ Cinza, cinzento(a)

¹⁰⁷ Horrível, horripilante.

"but". Estas expressões têm as mesmas condições de verdade, mas estão associadas a diferentes implicaturas convencionais.

Entretanto, Ludlow and Segal não acreditam que a implicação de unicidade faça parte da implicatura convencional associado ao artigo "the". Pelo contrário, a implicatura convencional associada ao artigo "the" é na verdade mais fraca.

O uso do artigo indefinido implica convencionalmente que estamos falando de um "novo" F, isto é, de um F que ainda não foi mencionado no contexto de uma conversa. Por outro lado, o uso do artigo definido implica convencionalmente que estamos falando de um F que já foi mencionado (ou que já nos é familiar) no contexto de uma conversa.

A idéia de que o contraste entre "The F" e "An F" é simplesmente o contraste entre aquilo que é familiar (de um ponto de vista conversacional) e aquilo que não é pode ser encontrada em muito dicionários (embora não em todos). Isso indica que, em certo sentido, a idéia não é nova (nem tão revolucionária como parece à primeira vista).

O próximo passo é mostrar em detalhes como a unicidade pode ser derivada a partir de mecanismos gricianos. As derivações que eles apresentam seguem o seguinte modelo.

- (a) O falante expressou a proposição p .
- (b) Não há razão para supor que o falante não esteja agindo de acordo com o princípio da cooperação (PC) e com as máximas da comunicação.
- (c) O falante não expressaria p a não ser que ele pensasse que q .
- (d) O falante sabe que eu posso perceber a necessidade da suposição de que ele pensa que q (e ele sabe que eu sei que ele sabe).
- (e) O falante não fez nada para me impedir de pensar que q .

(f) O falante quer que eu pense que q (ou pelo menos está disposto a me deixar pensar que q).

(g) Dessa forma, o falante implicitou que q .

Vejamos como seria a aplicação de modelo acima a [22]

[21] *The murderer of Smith is insane.*

(a') O falante expressou a proposição " $\exists x$ (x é assassino de Smith \wedge x é louco)".

(b) Não há razão para supor que o falante não esteja agindo de acordo com o princípio da cooperação (PC) e com as máximas da comunicação.

(c') O falante não expressaria a proposição " $\exists x$ (x é assassino de Smith \wedge x é louco)" a não ser que ele pensasse que há exatamente um assassino de Smith e que ele é louco.

(d') O falante sabe que eu posso perceber a necessidade da suposição de que há exatamente um assassino de Smith e que ele é louco (e ele sabe que eu sei que ele sabe).

(e') O falante não fez nada para me impedir de pensar que há exatamente um assassino de Smith e que ele é louco.

(f') O falante quer que eu pense que há exatamente um assassino de Smith e que ele é louco (ou pelo menos está disposto a me deixar pensar tal coisa).

(g') Dessa forma, o falante implicitou que há exatamente um assassino de Smith e que ele é louco.

O principal atrativo da teoria de Ludlow e Segal é que ela permite resolver uma série de problemas que afetam qualquer explicação a respeito do funcionamento de descrições. A seguir, consideraremos algumas aplicações da teoria a esse problema.

Como vimos, o *locus classicus* da abordagem explícita¹⁰⁸ é SELLARS (1954). Para Sellars, asserções contendo descrições incompletas são elípticas. Assim, uma asserção de "*The table is large*"¹⁰⁹ é elíptica. Ela é uma abreviação de uma asserção completa (por exemplo, "*The table over there is large*"¹¹⁰).

Apesar de suas virtudes, a abordagem explícita enfrenta sérios problemas. Considere o seguinte exemplo. Ele envolve o uso de descrições num enunciado condicional.

[23] *If a bishop meets another bishop, the bishop blesses the other bishop.*¹¹¹

Ludlow e Segal pensam que a abordagem explícita não pode nos ajudar aqui. Se um professor diz a seus alunos "*Everyone failed*"¹¹², é natural pensar que a sua asserção é elíptica em relação a, por exemplo, "*Everyone in this class failed*". Entretanto, a asserção [23] é elíptica em relação a que? Sem dúvida, não faz sentido querer restringir o conteúdo da asserção, pois nenhum tipo de restrição capturará o que está sendo dito em [23].

2.4.1 Descrições Definidas e Expressões Possessivas

Expressões possessivas também são um obstáculo para a teoria das descrições de Russell. Em Russell (1905), um dos exemplos de descrições definidas é "*my father*"¹¹³. Desde então, é comum tratar expressões possessivas como se elas equivalassem a descrições definidas. Assim, "*my father*", por exemplo, equivaleria a "*The father of mine*"¹¹⁴.

Entretanto, em tais casos a unicidade de expressões como "*my F*", "*your G*", etc., não tem nada a ver com o conteúdo de tais expressões. Isso fica claro quando consideramos exemplos como [24] e [25].

¹⁰⁸ A expressão "abordagem explícita" vem de NEALE ([1990], 1998)

¹⁰⁹ A mesa é grande.

¹¹⁰ A mesa lá longe é grande.

¹¹¹ Se um bispo encontra outro bispo, o bispo abençoa o outro bispo.

¹¹² Todos reprovaram.

¹¹³ Meu pai.

¹¹⁴ Uma tradução literal, mas gramaticalmente inaceitável, seria "o pai de mim".

[24] *My arm hurts.*¹¹⁵

[25] *John, your idea is excellent!*¹¹⁶

Se alguém diz [24] não há a menor sugestão de que o falante tem apenas um braço. A ausência de qualquer implicação de unicidade fica ainda mais evidente em [25]: ninguém pensaria que John tem apenas uma única idéia.

Dessa forma, seria mais natural (e, sem dúvida, menos problemático) pensar que expressões possessivas não implicam unicidade e que frases contendo tais expressões não possuem as condições de verdade previstas pela teoria de Russell. Expressões possessivas são melhor entendidas como $(\exists x)$ (x é um F de α). Assim, se Jones dissesse "*My arm hurts*", o seu enunciado teria as mesmas condições de verdade que $(\exists x)$ (x é braço de Jones \wedge x dói).

Um defensor da teoria das descrições definidas de Russell poderia replicar da seguinte forma. As considerações acima não são de fato uma objeção à teoria de Russell. Elas não mostram que a teoria das descrições está errada. De fato, elas mostram apenas que expressões demonstrativas *não* podem ser tratadas como se fossem descrições.

Ludlow e Segal não acham que essa é uma boa resposta. Há línguas que possuem um item lexical que corresponda (ou que aparentemente corresponda) ao artigo definido. Além do inglês e do alemão, as línguas de origem latina parecem boas candidatas. Em italiano temos "il", "la", "lo" e, em francês, "le" e "la"¹¹⁷. O problema é que nessas línguas o artigo definido aparece explicitamente ligado a expressões possessivas (por exemplo, "il mio livro", em italiano)¹¹⁸ sem qualquer implicação de unicidade. Isso indica que o artigo definido em italiano não se comporta de acordo com a teoria russelliana.

Aqui, há duas respostas disponíveis para o russelliano. Primeiro, ele pode argumentar que o (suposto) artigo definido italiano não é de fato um artigo definido. Segundo, ele pode simplesmente conceder que o artigo definido italiano

¹¹⁵ Meu braço está doendo.

¹¹⁶ John, sua idéia é excelente!

¹¹⁷ Em português temos "o" e "a".

¹¹⁸ O mesmo vale para o português "o meu livro".

não se comporta de acordo com a teoria de Russell, mas que artigo definido inglês se comporta.

Se essa (possíveis) respostas são ou não boas respostas é uma questão que deixarei em aberto.

Como vimos, ABBOTT (2003) notou que construções do tipo "There is an F" são perfeitamente aceitáveis em inglês, mas que construções do tipo "There is *The F*" não são. Por exemplo,

[26] *There is a fox in the henhouse.*¹¹⁹

[27] *There is the fox in the henhouse.*¹²⁰

A falta de simetria nos dois casos, pensa Abbott, é uma evidência de que "an F" e "*The F*" não significam a mesma coisa. Unicidade sugerida pelo artigo definido faz parte do conteúdo semântico de descrições definidas, mas não faz parte do conteúdo semântico de descrições indefinidas. É exatamente essa implicação semântica de unicidade que faz construções do tipo "There is *The F*" parecerem inapropriadas.

Entretanto, se é a unicidade implicada semanticamente pelo artigo que torna [27] tão estranha por que então que não há nada de errado com [28]?

[28] *There is exactly one fox in the henhouse.*¹²¹

Em linhas gerais, a razão é muito simples. A diferença entre [26] e [27] não é semântica. Ela é pragmática. Normalmente, "there is" é usado para transmitir uma nova informação, mas "*The F*" é usada para transmitir informação que já foi introduzida no discurso, isto é, informação com a qual já estamos familiarizados. A estranheza de frases como [27] resulta desse conflito (pragmático). Ela não é o resultado de uma assimetria semântica entre "an F" e "*The F*".

Consideremos as seguintes frases:

¹¹⁹ Há uma raposa no galinheiro.

¹²⁰ Há a raposa no galinheiro.

¹²¹ Há exatamente uma raposa no galinheiro.

[29] John is a lawyer.¹²²

[30] John is the lawyer.¹²³

Sem dúvida, as frases [29] e [30] parecem bastante diferentes. A frase [29], por exemplo, soa perfeitamente natural, enquanto que a frase [30] não soa. Entretanto, se [29] e [30] são realmente diferentes, que tipo de diferença há entre elas?

Alguém poderia dizer o seguinte. A frase [29] envolve uma descrição indefinida (a lawyer) e a frase [30] envolve uma descrição definida (the lawyer). Descrições indefinidas admitem usos predicativos, mas descrições definidas não admitem.

É fácil ver que essa não é uma boa resposta. Em primeiro lugar, ela faz surgir imediatamente uma outra questão: por que descrições indefinidas admitem usos predicativos e descrições definidas não? Em segundo lugar, ela se compromete com a (discutível) idéia de que descrições definidas não admitem usos predicativos.

Consideremos os seguintes exemplos:

[31] John is becoming the biggest jerk in town.¹²⁴

[32] John was the mayor of Boston.¹²⁵

[33] John is the lawyer I was talking about.¹²⁶

Como os exemplos acima ilustram, é bastante razoável supor que, pelo menos em alguns casos, descrições definidas admitem usos predicativos. Alguém que se compromete com a idéia de que descrições definidas não admitem usos predicativos precisa explicar como [31] – [33] são possíveis.

¹²² John é um advogado.

¹²³ John é o advogado.

¹²⁴ John está se tornando o maior idiota do pedaço.

¹²⁵ John era o prefeito de Boston

¹²⁶ John é o advogado sobre o qual eu estava falando.

Como vimos, Abbott defende que a implicação de unicidade que acompanha o artigo definido "the" é semântica (e não pragmática). Consideremos o seguinte exemplo envolvendo o contraste entre "an F" e "*The F*".

[34] *That wasn't a reason I left Pittsburgh, it was the reason.*¹²⁷

Para Abbott, a única maneira de se entender o contraste entre "a reason" e "*the reason*" em [34], é aceitar que "the reason" significa que há apenas uma razão e que "a reason" não significa isso. De acordo com Abbott, isso mostra que a unicidade associada ao artigo definido deve ser convencional, isto é, semântica.

Diante desse exemplo, a posição de Ludlow e Segal já nos é familiar. Eles não negam que haja um contraste entre "a reason I left Pittsburgh" e "*the reason* (I left Pittsburgh)", negam simplesmente que o contraste seja semântico. Para eles, o uso do artigo definido não implica (semanticamente) que há apenas uma única razão. Na verdade, ele apenas sugere que, para o falante, a razão apresentada é mais importante do que as outras ("the big reason").

Outros exemplos tornam mais claro o que eles querem dizer. Na terceira série, Ludlow tinha uma professora cujo marido chamava-se "William Faulkner". Durante as férias, alguém perguntou a *ele* "Are you the William Faulkner?"¹²⁸. Evidentemente, ninguém estava perguntado se ele era a única pessoa chamada "William Faulkner". O que estava sendo perguntado era se ele era o famoso escritor William Faulkner (isto é, o William Faulkner familiar conhecido por todos).

Considere o seguinte "cartoon"¹²⁹. Ele se encontra em ABBOTT (1999).

¹²⁷ Esta não foi uma razão pela qual deixei Pittsburgh. Foi a razão.

¹²⁸ Você é o William Faulkner?

¹²⁹ Publicado originalmente no *Detroit Free Press*.

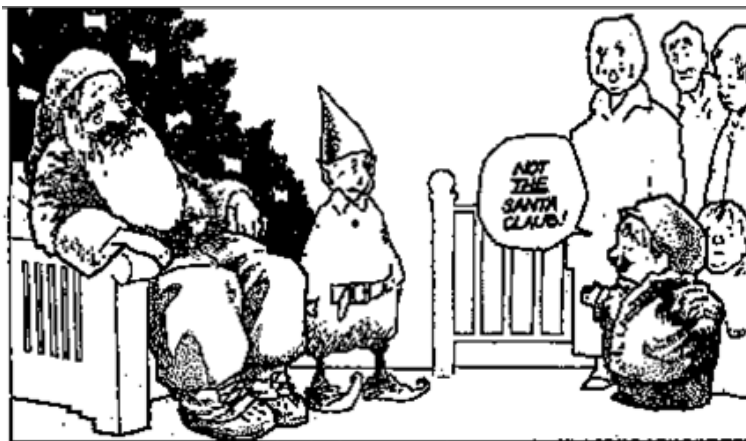


Ilustração 1– "Not the Santa Claus!"¹³⁰

Aparentemente, pensa Abbott, o que o garoto está dizendo é que existe um e apenas um Papai Noel e que o indivíduo na sua frente não é ele (Papai Noel). Essa não é, entretanto, a única maneira de entender a piada. Para Ludlow e Segal, o menino diz que aquele não é o verdadeiro Papai Noel. Aquele que mora no Pólo e traz presentes no Natal. Ou seja, o Papai Noel que nos é familiar.

Além das dificuldades já mencionadas, há pelo menos três outras que precisamos considerar. Em primeiro lugar, é importante lembrar que o argumento da regularidade de Devitt também afeta a teoria de Ludlow e Segal. Não basta mostrar que a unicidade associada à descrição definida pode ser explicada em termos de implicatura conversacional. É preciso mostrar que devemos explicá-la em termos de tais implicaturas. Infelizmente, Ludlow e Segal não mostram que devemos, apenas que podemos e então apelam para considerações metodológicas.

Além disso, eles também precisam explicar por que razão descrições definidas são usadas regularmente para expressar proposições gerais envolvendo unicidade. Se "*The F is G*" é usada regularmente para expressar uma proposição do tipo "Há pelo menos um F e não há mais de um F e todo F é G", por que não pensar que "há pelo menos um F" faz parte do significado literal de "*The F*"?

¹³⁰ Não é o Papai Noel

Finalmente, grande parte da argumentação de Ludlow e Segal apóia-se na noção de implicatura *convencional* (não confundir com implicatura *conversacional*) e na comparação de "*The F*" e "an F" com "and" e "but". Entretanto, vários autores argumentaram contra essa noção. BACH (1999), por exemplo, afirma que aceitar a noção de implicatura convencional complica desnecessariamente a distinção entre o que é dito e o que é implicado. E que seria melhor simplesmente abandonar essa noção. Para ele, implicaturas convencionais não passam de mito.

CONCLUSÃO

Um dos temas principais da dissertação foi a distinção referencial-atributivo e suas implicações para a teoria das descrições de Russell. Não sei exatamente quantos filósofos hoje defendem que a distinção referencial-atributivo é semanticamente significativa (e, portanto, problemática para a teoria de Russell), mas acredito que é justo dizer que a maior parte deles acredita que ela não é.

Considere a coletânea editada por Reimer e Bezuidenhout (2004). Na coletânea, há pelo menos cinco artigos que tratam da distinção referencial-atributivo (Bach, Devitt, Neale, Numberg e Salmon). Dentre eles, apenas um artigo (Devitt) defende que a distinção é semanticamente significativa. Note que o predomínio apontado não resulta de uma "simpatia" das organizadoras pela teoria de Russell: ambas apresentam notáveis críticas à teoria.

Entretanto, números à parte, os teóricos da ambigüidade colocaram recentemente sérias dificuldades à teoria de Russell. O argumento da regularidade de Devitt (1997a, 1997b e 2004) e Reimer (1998), por exemplo, trouxe à tona a fragilidade das explicações pragmáticas do uso referencial de descrições, em particular, daquelas que tentam explicar o uso referencial como um caso de implicatura conversacional particularizada.

Considero o argumento da regularidade o mais importante obstáculo à teoria de Russell e, por isso, gostaria de destacar duas das respostas dadas a ele. A primeira é a síntese proposta por Neale (2004). De acordo com a síntese, se "the F" é uma descrição incompleta usada para fazer referência ao indivíduo "a", então a frase "The F is G" equivale à descrição gödeliana $(\exists x) (\forall y) ((Fy \leftrightarrow x = y) \wedge (x = a) \wedge Gx)$. Assim, sustenta Neale, descrições incompletas usadas referencialmente são, ao mesmo tempo, expressões referenciais (como defendem os teóricos da ambigüidade) e quantificacionais (como defendem os russellianos). A síntese explica a regularidade do uso referencial em termos semânticos, sem abrir mão dos "insights" da teoria de Russell.

A segunda resposta deve-se a Bach (2004). Bach nota que do fato de que uma frase "M" é usada regularmente para expressar uma determinada proposição N, não implica que N é o significado convencional "M". Por exemplo, "Você pode fechar a porta?" é usada regularmente para expressar um pedido. Entretanto, não se segue que, por causa disso, "Feche a porta" faça parte do significado de "Você pode fechar a porta?".

Também é comum usarmos uma frase "M", não para expressar uma proposição M, mas para expressar uma versão qualificada de M. Bach chama a esse fenômeno de não-literalidade frasal (*sentence non-literality*). Por exemplo, quando uma pessoa diz "Não está chovendo", certamente, o que ela quer dizer é uma versão qualificada do que ela de fato disse (talvez, "Não está chovendo *aqui*"). Note que o ela disse é falso (sem dúvida, está chovendo em algum lugar), mas a versão qualificada do ela disse pode ser verdadeira.

O fenômeno de não-literalidade frasal pode ser naturalmente estendido ao caso das descrições incompletas. Se, numa conversa sobre a atual política norte-americana, alguém diz "The president ought to resign"¹³¹, é natural pensar que o que ele quer dizer é uma versão qualificada do que ele disse (possivelmente "The *current* president of the United States ought resign"¹³²). A não-literalidade frasal explica como frases podem ser usadas regularmente para expressar proposições diferentes daquelas associadas ao seu significado convencional.

Ambas as respostas são promissoras. Entretanto, é necessário algum tempo para que sejamos capazes de avaliar a plausibilidade e a adequação dessas respostas.

Finalmente, gostaria de mencionar dois pontos importantes que, por limitações de tempo e de espaço, ficaram fora da dissertação. Primeiro, em relação a descrições incompletas, há uma importante defesa da teoria de Russell que não foi examinada na dissertação. Seguindo Neale (1990), podemos chamá-la de abordagem implícita. De acordo com essa abordagem, uma frase "The F is G" deve ser interpretada à luz de um domínio restrito, implícito na frase. Assim, se numa sala

¹³¹ O presidente deve renunciar.

¹³² O atual presidente dos Estados Unidos deve renunciar.

de aula alguém diz "The professor is sick", a frase em questão deve ser interpretada da seguinte forma: "Na sala de aula em questão (domínio), existe apenas um professor e todo professor está doente". A abordagem implícita foi recentemente defendida por Buchanan e Ostertag (2005) (v. também Ostertag, 1999).

Segundo, é importante lembrar que a teoria das descrições de Russell também é uma teoria a respeito de descrições indefinidas. De acordo com a teoria, descrições indefinidas não são expressões referenciais e, dessa forma, "An F is G" tem as mesmas condições de verdade que " $(\exists x) (Fx \wedge Gx)$ ".

Embora a teoria das descrições indefinidas pareça bem menos controversa do que a teoria das descrições definidas, ela também foi colocada em dúvida por uma série de autores. Chastain (1975), Donnellan (1978), Fodor e Sag (1982) e Wilson (1978) são apenas alguns deles. Duas das principais defesas da teoria foram feitas por King (1988) e Ludlow e Neale (1991).

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, B. A Reply to Szabó's "Descriptions and Uniqueness". **Philosophical Studies**, v. 113, p. 223-231, 2003.
- BACH, K. Descriptions: Points of Reference. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004, p. 189-229.
- BACH, K. The Myth of Conventional Implicature. **Linguistics and Philosophy**, v. 22, p. 327-366, 1999.
- BLACKBURN, W. K. Wettstein on Definite Descriptions. **Philosophical Studies**, v. 53, p. 263-278, 1988.
- BUCHANAN, R; OSTERTAG, G. Has the Problem of Incompleteness Rested on a Mistake? **Mind**, v. 114, 2005, p. 879-913.
- CHASTAIN, C. Reference and Context. In K. GUNDERSON (Ed.). **Minnesota Studies in the Philosophy of Science VII: Language, Mind and Knowledge**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1975.
- DEVITT, M. Meanings and Psychology: A Response to Mark Richards. **Noûs**, v. 31, p. 115-131, 1997a.
- DEVITT, M. Responses to the Maribor Papers. In: JUTRONIC, D. (Ed.). **The Maribor Papers in Naturalized Semantics**. Maribor: Pedagogoska Fakulteta, p. 353-441, 1997b.
- DEVITT, M. The Case for Referential Descriptions. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004, p. 280-305.
- DONNELLAN, K. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**, v. 75, p. 281-304, 1966.
- DONNELLAN, K. Putting Humpty Dumpty Together Again. **The Philosophical Review**, v. 77, p. 203-215, 1968.

- DONNELLAN, K. S. Speaker Reference, Descriptions, and Anaphora. In: P. COLE (Ed.), **Syntax and Semantics 9: Pragmatics**. New York: Academic Press, 1978, p. 47-68.
- FODOR, J.D.; I. SAG. Referential and Quantificational Indefinites. **Linguistics and Philosophy**, v. 5, 1982, p. 355-398.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: ALCOFORADO (Org.) **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, [1892] 1978.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.) **Syntax and Semantics**, vol. 3. New York, Academic Press, 1975.
- GRICE, H. P. Vacuous Names. In: OSTERTAG, G. (Ed.). **Definite Descriptions: A Reader**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, [1969] 1998, p. 195 – 200.
- GRICE, H.P. Further Notes on Logic and Conversation. In: COLE, P. (Ed.). **Syntax and Semantics**. New York: Academic Press, 1978. v. 9.
- KING, J. Are Indefinite Descriptions Ambiguous? **Philosophical Studies** v. 53, p. 1988, p. 417-440.
- KRIPKE, S. Speaker's Reference and Semantic Reference. In: OSTERTAG, G. (Ed.). **Definite Descriptions: A Reader**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, [1979] 1998, p. 225-256.
- LARSON R.; SEGAL, G. **Knowledge of Meaning**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1995.
- LUDLOW, P.; S. NEALE, (1991). Indefinite Descriptions: In Defense of Russell. **Linguistics and Philosophy**, v. 14, 1991, p. 171-202.
- LUDLOW, P; SEGAL, G. On a Unitary Semantical Analysis for Definite and Indefinite Descriptions. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004, p. 420-436.
- MACKAY, A. F. Mr. Donnellan and Humpty Dumpty on Referring. **The Philosophical Review**, v. 77, p 197-202, 1968.

- MILL, J. S. A System of Logic . In: ROBSON, J. M. (Ed.) **Collected Works of John Stuart Mill**. London: Routledge and Toronto, Ont.: University of Toronto Press, [1843], 1973.
- NEALE, S. Context and Communication. In: OSTERTAG, G. (Ed.). **Definite Descriptions: A Reader**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, [1990] 1998.
- NEALE, S. **Descriptions**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1990.
- NEALE, S. This, That and The Other. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004, p. 68-182.
- NUMBERG, G. Descriptive Indexicals and Indexical Descriptions. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004
- OSTERTAG, G. (Ed.). **Definite Descriptions: A Reader**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1998.
- OSTERTAG, G. A scorekeeping error. **Philosophical Studies**, v. 96, p. 123-146, 1999.
- REIMER, M. Donnellan's Distinction/ Kripke's Test. **Analysis**, v. 58, p. 89-100, 1998.
- REIMER, M. The Wettstein/Salmon Debate: Critique and Resolution. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 79, p. 130-151, 1998.
- REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004.
- RUSSELL, B. **An Introduction to Mathematical Philosophy**. London: Routledge, [1919] 1993.
- RUSSELL, B. On Denoting. **Mind**, v. 14, p. 479-493, 1905.
- RUSSELL, B. **The Problems of Philosophy**. Indianapolis, IN.: Hackett, [1912] s/d.
- SALMON, N. Assertion and Incomplete Definite Description. **Philosophical Studies**, v. 42, p. 37-45, 1982.

- SALMON, N. The Good, the Bad, and the Ugly. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Eds.) **Descriptions and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2004.
- SALMON, N. The Pragmatic Fallacy. **Philosophical Studies**, v. 63, p. 83-97, 1991.
- SCHIFFER, S. Descriptions, Indexicals and Belief Reports: Some Dilemmas (But Not the Ones You Expected). **Mind**, 104, p. 107-131, 1995.
- SEARLE, J. Referential and Attributive. In: _____. **Expression and Meaning**. New York: Cambridge University Press, 1983.
- SELLARS, W. Presupposing. **The Philosophical Review**, v. 63, p. 197 – 215, 1954.
- SOAMES, S. Incomplete Definite Descriptions. In: OSTERTAG, G. (Ed.). **Definite Descriptions: A Reader**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, [1986] 1998.
- STRAWSON, P. F. On Referring. **Mind**, v. 59, p. 320 – 344, 1950.
- SZABÓ, Z. G. Descriptions and Uniqueness. **Philosophical Studies**, v. 101, p. 29-58, 2000.
- THEORETICAL (EPISTEMIC) VIRTUES. In: **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. London/New York: Routledge, 1998, p. 340 - 343.
- WETTSTEIN, H. Demonstrative Reference and Definite Descriptions. In: OSTERTAG, G. (Ed.). **Definite Descriptions: A Reader**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, [1981] 1998.
- WETTSTEIN, H. Indexical Reference and Propositional Content. **Philosophical Studies**, v. 36, p. 91 – 100, 1979.
- WILSON, G. On Definite and Indefinite Descriptions. **The Philosophical Review**, v. 87, 1978, p. 48-76.